

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESCENTRALIZADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2024:** Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e quatro, no edifício da Junta de Freguesia de Loureiro, sito à Rua Padre Manuel Laranjeira, nº 1043, Loureiro, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Joaquim Jorge Ferreira**, encontrando-se presentes os/as seguintes Vereadores/as: **Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Hélder Martinho Valente Simões, Ana Filipa Pinho de Oliveira, Rogério Miguel Marques Ribeiro, Carla Maria de Pinho Rodrigues, José Domingos Campos da Silva e Joana Sofia da Silva Ferreira.** =====

===== Secretariou a presente reunião, o Assistente Técnico, **Jaime Manuel da Silva Marques.** =====

===== Depois de todos/as terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram 09h e 45m, dando assim início à mesma. =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**=====

===== Intervenção do **Senhor Presidente**: Bom dia a todos. Cumprimentar os colegas de executivo, o público que nos acompanha a partir de suas casas, os funcionários da Autarquia, a comunicação social, o público presente nesta reunião de câmara e, naturalmente, cumprimentar de forma fraterna, de forma amiga, todos loureirenses, na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, que aproveito para cumprimentar e depois pediria para nos dirigir algumas palavras. =====

===== O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro - **José Queirós** - referiu que, é com grande satisfação que recebe esta reunião de câmara descentralizada. Agradeceu a presença de todos e desejou um bom trabalho. =====

===== Intervenção do **Senhor Presidente** (gravação 00:00:50): Muito obrigado Senhor Presidente. É também um gosto estarmos nesta Freguesia. E, naturalmente, cumprimentar os loureirenses que são gente honrada que tem muito orgulho na sua história, que tem muito orgulho na sua terra, naturalmente. Loureiro, é uma grande freguesia do nosso concelho. E é grande em tudo. É grande na extensão territorial, tem mais de 17 km². É grande também em termos de densidade populacional, tem mais 3600 habitantes. Foi das poucas Freguesias, das duas Freguesias no nosso concelho, que, entre censos, cresceu em termos populacionais, portanto tem mais 3% de população. E isso deixa-nos muito orgulhosos. Tem também um movimento associativo muito rico, muito intenso, com muitas instituições ligadas à cultura, ligadas ao desporto. Tem uma dinâmica económica e social também muito relevante, tem aqui instaladas importantes empresas do nosso concelho e também do tecido económico do norte

do país. Tem boas infraestruturas na área da habitação, na área social - aproveito para cumprimentar a Associação de Solidariedade Social de Loureiro - na área do desporto - cumprimentar também o Clube Desportivo de Loureiro. Tem zonas de recreio e de lazer muito bonitas como a Quinta do Barão - também cumprimentar aqui a Associação Recreativa e Cultural do Loureiro. E tem também beleza natural. E tem um bonito largo, o Largo da Alumieira, que é adornado pela Capela da Nossa Senhora da Amieira, pelo coreto, pela escola de Alumieira que está neste momento com as obras suspensas mas que, ultrapassados os problemas, muito brevemente vão reiniciar. Esta Freguesia tem um dos largos mais imponentes e mais bonitos, um dos espaços centrais mais apelativos do nosso concelho. Os loureirenses têm razões de sobra para estarem satisfeitos com aquilo que foi o seu passado, mas também com aquilo que são hoje e seguramente que têm razões para estarem confiantes no seu futuro coletivo porque têm tido a capacidade de o saber construir. Sabemos que não estarão totalmente satisfeitos por causa das questões que todos nós conhecemos. A questão da rede viária que estamos agora a tentar debelar. E também, naturalmente, as questões da rede de água e saneamento, que é talvez, porventura, a questão mais crítica que nós temos para resolver nesta freguesia. E é uma das Freguesias mais desafiantes que nós temos para resolver no nosso concelho. Mas estamos aqui para ultrapassar desafios. E seguramente que vamos tentar também resolver o problema que temos com água e saneamento em Loureiro. Eu aproveitaria o facto de estarmos em Loureiro para parabenizar a Banda de Música do Loureiro, que comemorou os seus 125 anos de existência. Esta banda, tem um percurso de vida absolutamente extraordinário. Nós temos a felicidade de ter no nosso concelho um conjunto bandas que são absolutamente incríveis. O seu percurso é repleto de êxitos. Tem tido uma evolução técnica e uma evolução ao nível da qualidade musical que coloca a Banda de Música de Loureiro entre as melhores bandas de música. Para mim, naturalmente, e para todos nós, é um orgulho ter uma Banda com esta qualidade no nosso concelho. Dar os parabéns à Senhora Presidente da Direção, à Sara Valente e a sua Direção pelo trabalho que têm feito, e também ao Maestro Hernâni Petiz e aos músicos que compõem esta Banda. Todos eles contribuem para o seu prestígio. E naturalmente que, para nós, sobretudo para os loureirenses, é com muito orgulho que temos esta instituição no nosso concelho. Esta terra também é muito rica em termos de tradição, de usos e de costumes, como «saltar o rego», entre outras particularidades. Mas também é berço de várias figuras ilustres, como: Frei Caetano Brandão; Conselheiro Albino dos Reis; Se quisermos também, o Senhor Padre Bastos que viu muito recentemente o seu nome e também, de certa forma, a sua obra eternizada através de um topónimo que lhe atribuímos numa rua da cidade de Oliveira de Azeméis. Esta foi uma justa homenagem que se fez ao Padre Manuel Pires Bastos que, como sabem, deixou uma vasta obra, não só como Pároco, não só no exercício do seu sacerdócio, mas também porque era um estudioso das terras, dos costumes, dos lugares, das gentes, portanto, deu um contributo importantíssimo para a reconstrução da identidade e da memória desta Freguesia de Loureiro. Fizemos-lhe aqui, através do Centro de Estudos que está a procurar desenvolver um trabalho, por um lado, de recuperação de muito acervo que ele nos deixou, mas, sobretudo, procurando preservá-lo,

dando a conhecer aos loureirenses e também aos oliveirenses aquilo que foi a vida e obra do Padre Bastos. Gostaria também de vos deixar aqui algumas notas muito breves, muito breves mesmo, quase que cirúrgicas, mas que, sendo uma reunião com o orçamento, não poderia mesmo assim deixar de dar, pela sua relevância e pela sua importância. Começaria por falar por um aniversário de outra banda de música, a Banda Música do Pinheiro da Bemposta, comemorou 143 anos. É também uma banda de referência no nosso concelho. Tem também um percurso de vida assinalável. Tem uma longevidade absolutamente extraordinária. É uma Banda também com palmarés cultural digno de registo. É uma Banda carregada de memória, carregada de história. Gostaríamos de deixar aqui também uma nota de parabéns ao Senhor Presidente da Direção, o Senhor Adalberto Caçoilo e à sua Direção, naturalmente, e também ao Maestro Jonathan Costa e aos músicos que integram esta banda porque são também um grande orgulho para os pinheirenses e para os oliveirenses. Dar também nota, das comemorações do primeiro ano do nosso Teatro Municipal (TeMA). Tivemos um ano de atividade intensa. Julgo que agradou aos oliveirenses, desde os mais pequeninos, até aos mais graúdos, até aos avozinhos, se quisermos. Hoje, no concelho, começa a sentir-se um ambiente onde se respira programação cultural de qualidade. E é isso que nós pretendemos. Estamos no início, naturalmente, não temos nenhuma veleidade de o dizer, estamos no início de um caminho desafiante, de um caminho que seguramente nos vai oferecer alguns obstáculos, mas com a ajuda todos, particularmente do nosso extraordinário movimento associativo, nós vamos conseguir aquilo que é o nosso objetivo, que é transformar Oliveira de Azeméis numa referência cultural da nossa região. Aquilo que tenho aqui para vos deixar como mensagem final, neste primeiro aniversário do TeMA, sem me referir às iniciativas que foram relevantes para assinalar e para comemorar este primeiro aniversário - é dizer que: a partir daqui a intenção é só melhorar e, portanto, vamos continuar a fazer de forma determinada este percurso. Dar também nota, sobre algumas inaugurações, de forma muito breve. A inauguração do monumento de Comemoração do Centenário do Correio de Azeméis e de um Largo, com o seu nome, com o seu topónimo. Também dar nota sobre um fórum, que foi promovido pelo Correio de Azeméis, sobre Empreendedores e sobre Empreendedorismo, que contou com a presença do Senhor Ministro-adjunto e da Coesão Territorial, o Doutor Manuel Castro Almeida. Dar os parabéns ao Eduardo Costa e a todos colaboradores do grupo Correio de Azeméis. A Câmara associa-se a esta homenagem porque pretende também distinguir o relevante serviço público que o Correio de Azeméis tem prestado à comunidade oliveirense, ao longo deste mais de um século de existência, e também a toda a região e, se quisermos, até ao país. Tendo esta missão de informar os oliveirenses com uma informação isenta, plural, rigorosa. Nós temos que agradecer, naturalmente, o contributo que o Correio de Azeméis tem dado para promover a identidade e a notoriedade de Oliveira de Azeméis, não só na nossa região, mas também na nossa diáspora. Dar também nota sobre a inauguração do Centro Paroquial de Cucujães, que teve a presença do Senhor Bispo Dom Manuel Linda. Eu tive oportunidade de participar na inauguração. São umas instalações lindíssimas, muito bem conseguidas. É uma resposta importante de grande qualidade ao serviço dos cucujanenses, da

população da Freguesia de Cucujães. O grande mentor e o grande responsável por esta obra é, evidente que estendo também estes cumprimentos a todas as pessoas que o acompanharam neste propósito, o Senhor Padre Artur realmente o grande responsável. Foi o homem que sonhou e foi o homem que, de certa forma, concretizou esta importante obra. Um grande abraço de parabéns de todo o Executivo ao Senhor Padre Artur. Uma obra que foi apoiada financeiramente pela Câmara Municipal com cerca de 225 mil euros. É efetivamente uma boa uma boa aposta, um bom investimento, porque é a infraestrutura comunitária da máxima relevância que é colocada ao serviço dos cucujanenses. Dar também os parabéns ao Gonçalo Noites, que foi campeão europeu de Muay Thai. Já tive oportunidade de o dizer: é um atleta claramente de elite. É um dos melhores atletas na modalidade do mundo. Tem uma prestação desportiva absolutamente excepcional com uma regularidade sempre ao mais alto nível. Sublinhar aqui essa qualidade do Gonçalo Noites. E dar-lhe, naturalmente em nome de todo o Executivo, os nossos parabéns por este importante feito, por este importante título, e desejar votos de muito sucesso para o seu futuro. Dar também nota, do arranque do ano letivo, das cerimónias de comemoração do arranque do ano letivo no Agrupamento de Escolas Ferreira da Silva, que teve a presença do Senhor Secretário de Estado, Pedro Dantas da Cunha. Dar nota que, é um evento com a qualidade a que o professor António Figueiredo já nos habituou. Portanto, um evento irrepreensível. E que permitiu, naturalmente, que é isso que se deseja, a apresentação e o convívio entre toda a comunidade educativa. Parabéns ao Senhor Professor António Figueiredo e à sua Direção também por serem uma referência na educação no nosso concelho. Dar também uma nota final de inauguração das obras de requalificação da Sede da Banda de Música de Carregosa. A Banda de Música neste momento tem - eu diria mesmo - condições excecionais para os seus músicos, para os seus sócios, para a sua Direção naturalmente, para os seus simpatizantes, para os amigos da banda, mas também para quem visita esta importante banda do nosso concelho. A Câmara Municipal também apoiou financeiramente estas obras com 17 mil euros ou 18 mil euros, em duas vezes: uma vez com 11 mil euros, outra vez com 6 mil euros ou 7 mil euros. não me recordo exatamente os valores. Temos também muito orgulho em ter contribuído para a criação destas condições de excelência para esta instituição que, à semelhança das outras duas bandas que vos referi - Loureiro e Pinheiro da Bemposta - é também uma banda, noutra região do concelho, que muito prestigia a cultura oliveirense. Eram estas notas que vos queria dar. Não tomando muito tempo, porque temos efetivamente uma ordem de trabalhos extensa e com um ponto que é muito importante, que é o ponto do orçamento. =====

===== Intervenção da Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** (gravação 00:12:00): Muito bom dia Senhor Presidente, colegas Vereadores. Cumprimento também os colaboradores da Autarquia, a comunicação social, as pessoas que nos assistem através do YouTube da Câmara, e da comunicação social; Cumprimento de uma forma muito especial as pessoas aqui presentes, os loureirenses, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, José Queirós, e os colaboradores desta Junta de Freguesia e, na sua pessoa, cumprimentar todos

os loureirenses. Dizer-vos que é sempre um gosto estar em Loureiro. Não vou repetir o que o Senhor Presidente disse a propósito de Loureiro. Dizer que, de facto, é uma Freguesia que a todos nos orgulha e que engrandece muito Oliveira de Azeméis. Obrigada pelo acolhimento. Obrigada por nos receberem. Obrigada pelo vosso trabalho também em prol do Loureiro e dos loureirenses. Todos os cumprimentos que o Senhor Presidente fez e parabéns, nós acompanhamos e secundamos e deixamos aqui também o nosso reconhecimento a todas as instituições que o Senhor Presidente nomeou. Por economia de tempo não vou repetir mas, deixamos aqui, fazemos aqui a nossa vénia a todos aqueles que se dedicam às instituições, bandas de música, associações, ao Senhor Padre Artur de uma forma muito especial também pela inauguração do Centro Paroquial de Cucujães, e a todas as pessoas que o Senhor Presidente enumerou. E porque estamos em Loureiro, o Senhor Presidente sabe bem quais são as necessidades de Loureiro, mas não podemos deixar de passar esta oportunidade, já que estamos aqui, de voltar a lembrar o Senhor Presidente daquelas que são as carências desta freguesia, aquilo que são as reivindicações, justíssimas, que esta Freguesia tem e que cumpre ao Executivo municipal também dar resposta. Um desses problemas, que não tem diretamente a ver a sua resolução com o executivo municipal mas que é uma situação que preocupa muito os loureirenses neste momento, são as condições de funcionamento da sua Unidade de Cuidados de Saúde. É uma Unidade de Cuidados de Saúde personalizados. É diferente de uma de uma ULS (Unidade Local de saúde). Mas, ultimamente, tem tido muitas dificuldades na colocação de médicos. Antes tinha dois médicos. Agora tem um médico. Os médicos geralmente estão cá muito pouco tempo. As pessoas que têm as suas consultas agendadas muito frequentemente são informadas na véspera das suas consultas que essas consultas são adiadas por mais alguns meses. Há aqui dificuldades no acesso à saúde nesta Freguesia, devido a esta dificuldade de colocação de médicos. Isto, obviamente não é uma responsabilidade da Câmara Municipal. Mas, deixamos esta preocupação ao Senhor Presidente de Câmara, junto da Unidade Local de Saúde e do seu responsável, o Doutor Paulo Diz, se consegue de facto ultrapassar este problema para que haja alguma estabilidade no corpo de médicos desta Unidade de Saúde, para que os loureirenses possam ter acesso a cuidados de saúde primários com qualidade e em tempo útil. É uma grande preocupação. E esperemos que o Senhor Presidente faça o que está ao seu alcance para tentar ultrapassar este constrangimento. Depois todas as outras questões são conhecidas do Senhor Presidente que já aqui falou da Escola da Alumieira, que infelizmente tem as suas obras suspensas devido a um erro no projeto há demasiado tempo. Gostaríamos de saber, quando é que elas vão ser retomadas efetivamente, porque são uma necessidade? Também a rede de água e saneamento, que o Senhor Presidente aqui falou, também é uma necessidade há tantos anos, também esperamos para muito brevemente ver trabalho no terreno, e perguntamos também: para quando? Em relação à rede viária, são as preocupações também habituais, a qualidade da rede viária, mas sobretudo também aquelas grandes preocupações dos acessos à Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro e também o acesso ao nó da autoestrada. Nós tivemos aqui no nosso território o Ministro das Infraestruturas, numa iniciativa do PSD e da Aliança Democrática, que veio fazer

uma sessão de explicação do orçamento. E aproveitámos essa oportunidade, porque não era na qualidade de Ministro das Infraestruturas que ele estava no nosso território, mas como Membro do Governo para expor as linhas gerais do orçamento, mas não deixámos passar a oportunidade para, já que tínhamos entre nós o Ministro das Infraestruturas, para lhe falarmos de todas aquelas que são as necessidades, ao nível das infraestruturas de Oliveira de Azeméis. O senhor Ministro respondeu que: O Governo está a preparar uma espécie de um pacote de medidas para melhoria de toda a rede viária, não só de Oliveira de Azeméis, mas toda esta região e que muito brevemente vamos ter um pacote de medidas de fundo para a melhoria da rede viária da nossa região. Portanto ficamos a aguardar com expectativa que os problemas que nós e falámos do nosso IC2, do acesso à A32, etc, que sejam acolhidos nesse pacote. Depois também falámos do acesso ao nó da autoestrada, através da Área de Acolhimento Empresarial. E ele referiu que esse assunto, que de facto não estava na sua agenda. Não tinha conhecimento direto de esse assunto. Ficou com esse conhecimento. Diz que anotou e que vai ver o que é que se passa em relação a isso. Deixamos aqui também o repto ao Senhor Presidente para insistir junto do Ministério das Infraestruturas para se alcançar uma resolução para este problema que beneficiava, obviamente, a nossa Área de Acolhimento Empresarial e as nossas empresas e, também a nossa população, muito particularmente a população do Loureiro. Acho que é uma reivindicação justa. E temos aqui uma oportunidade para o Senhor Presidente também insistir com o Senhor Ministro das Infraestruturas para que encontre uma resposta para este problema. Deixava aqui estas preocupações, em relação à Freguesia de Loureiro. Depois só mais dois apontamentos, Senhor Presidente, mais gerais que têm a ver com o Concelho. Um deles, como sabe, na discussão do orçamento os Ministros passaram todos pela Assembleia da República. Nós Vereadores e também a Comissão Política do PSD fez chegar aos Deputados de Aveiro aquilo que eram as nossas preocupações para questionar o Governo. E tivemos algumas respostas. E gostávamos de ouvir o Senhor Presidente, nomeadamente em relação ao Posto da GNR de Cesar, porque foi questionado qual era o ponto da situação. Nós, na reunião de 10 de outubro, na Reunião de Câmara, o Senhor Presidente disse que nessa mesma semana iriam enviar resposta a um conjunto de questões colocadas pela Secretaria Geral do MAI. Mas, na audição que decorreu a semana passada, o Senhor Secretário de Estado, Telmo Correia, disse que a Secretaria Geral do MAI ainda está a aguardar a remessa do projeto de execução corrigido. Se iam enviar durante a semana de 10 de outubro, porque é que não enviaram? O que é que se passa? O que é que justifica este atraso? Estamos há demasiado tempo à espera deste Posto da GNR. Somos os principais interessados em que tudo aquilo que seja da nossa parte, seja feito em tempo recorde para que as obras passem definitivamente ao terreno. Portanto, o que é que se passou aqui? Porque é que o projeto ainda não chegou à Secretaria Geral do MAI? Outra questão também, que se prende com essas audições, tem a ver com as obras no Tribunal de Trabalho. A questão do Posto da GNR foi o Senhor Deputado Almiro Moreira. Em relação ao Tribunal foi o Deputado Miguel Santos que colocou a questão. E, de facto, a Senhora Secretária de Estado confirmou aquilo que tínhamos falado na última reunião, que esta empreitada que foi lançada, é uma primeira fase para o exterior, mas que está já a

ser preparada uma empreitada para o interior do Tribunal. Claro que o que nós pretendemos é, de facto, ver a obra no local. Mas recebemos com algum agrado estas notícias, porque realmente são demasiados anos à espera e nada se concretiza e agora há um anúncio de uma concretização. E esperamos de facto ver essa concretização. Mas não podemos baixar os braços. E o Senhor Presidente tem, de facto, que continuar a pressionar também os organismos do Ministério da Justiça para que estas obras passem imediatamente para o terreno e não esquecer também as obras tão urgentes e necessárias no nosso Palácio da Justiça. Para finalizar, também uma preocupação, que nos foi trazida recentemente, que tem a ver com alguns problemas na Escola Ferreira de Castro, em relação à utilização da água quente e dos balneários e das aulas de Educação Física estarem suspensas, portanto, perguntamos: o que é que se passa com esta situação, para que os alunos da escola possam ter as aulas de educação física como devem ter? Muito obrigada. =====

*===== Intervenção da Senhora Vereadora **Joana Ferreira** (gravação 00:23:10): Bom dia Senhor Presidente. Cumprimento todos os meus colegas, o Senhor Presidente, obviamente; todos aqueles que aqui estão connosco e hoje em particular, em nome do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, todos os loureirenses. É sempre um gosto, como sabem, vir a esta Freguesia, porque venho cá muitas vezes. Senhor Presidente, fomos informados, aliás até nos colocaram algumas questões às quais nós não sabíamos responder. Um conjunto de cineastas, pelos vistos de alguns meses a esta parte, previu e tinha vontade em realizar um documentário sobre as festas de São Luís, em Figueiredo, aqui no Pinheiro da Bemposta. Nós sabemos que tem uma base de interesse público, portanto, é uma forma de nós mantermos as tradições antigas, porque sabemos que por vezes elas deixam de ser realizadas. E assim teríamos um documentário que nos fizesse lembrar, e até mostrar às gerações que virão, estas tradições. Aquilo que nós queríamos questionar, porque efetivamente não soubemos responder a isto. Penso que em 2022 foi aprovado, porque o Executivo entendeu que seria de interesse público participarmos numa novela com filmagens de Oliveira de Azeméis, durante 90 segundos, penso eu, e na altura foram atribuídos 12.300 euros a esta iniciativa. Uns anos antes, eu não estava cá, mas o filme "Já nada sei" - Festival de Avanca - foi também apoiado pela Câmara Municipal, se não estou em erro, em cerca de 26.000 euros. Portanto, partimos do princípio que todas estas questões são de interesse público para o Executivo e para Oliveira de Azeméis, daí serem dados os apoios a estas iniciativas. A questão que nós colocamos, porque efetivamente não soubemos responder, é: qual é que é o critério para o apoio? Ou seja, em que ponto é que este conjunto de cineastas, eu não diria falhou, mas faltou com alguma informação para, de alguma forma, satisfazer aquilo que seria o seu pedido para o apoio a este documentário. Portanto, era só mesmo para percebermos isto. Obrigada. =====*

*===== Intervenção do **Senhor Presidente** para dar resposta às intervenções anteriores (gravação 00:25:35): Vamos então dar resposta às questões que foram colocadas. Em primeiro lugar, a que se refere à Unidade de Saúde Local (ULS). Nós, nesta Freguesia, nesta Unidade de Saúde*

Local servimos cerca de 3500 utentes. Como disse, nós não temos responsabilidades e competências nessa matéria dos recursos humanos, no que diz respeito à contratação de médicos e enfermeiros. Aquilo que nós soubemos é que, esse processo foi devidamente acompanhado pelas autoridades de saúde locais que mantiveram o Senhor Presidente da Junta de Freguesia sempre devidamente informado sobre todo o processo. Efetivamente, houve um médico que saiu. Tivemos um concurso que decorreu. E, aquilo que eu sei, portanto, essa informação é uma informação que terei de validar, é que esse problema está resolvido, desde o dia 5 de novembro que temos as duas listas preenchidas. Essa é a informação que eu tenho. Portanto, se ela não for rigorosa, é a informação que eu disponho. A partir do dia 5 de novembro esse problema está resolvido e não se coloca. É um problema que se coloca em todas as Unidades de Saúde Locais do nosso Concelho onde temos, médicos que se aposentam, médios que adoecem, médicos que mudam de concelho ou até mudam dentro do concelho entre Unidades de Saúde Locais. As autoridades de saúde têm resolvido. E, na minha opinião, de forma correta, de forma atempada esses problemas. Não temos problemas gritantes em Oliveira de Azeméis, nem de falta de médico de família, nem de instalações desprovidas dos recursos humanos necessários para prestarmos bons cuidados de saúde primários. Portanto, temos aqui este problema. Esperemos que a atratividade das nossas Unidades de Saúde Locais melhore substancialmente com um investimento de 4 milhões de euros que está preconizado para requalificar, sem exceção, todos os centros de Saúde e todas Extensões de Saúde do nosso Concelho. No caso concreto aqui da região sul do concelho, vamos ter um novo Centro de Saúde a ser construído na Freguesia do Pinheiro Bemposta. Esperamos com isso melhorarmos de forma substancial a qualidade do serviço que prestamos aos nossos utentes. Em relação às questões da Escola da Alumieira: Efetivamente, estivemos de corrigir erros no projeto. E não se trata apenas e só de arranjar uma solução que resolva o problema. Trata-se também depois de desenvolver todo o processo, que tem a ver com a orçamentação e com eventuais alterações também que poderão acontecer ao nível das especialidades. Quando é que as obras vão arrancar? Nestas coisas, aquilo que eu posso fazer é disponibilizar a informação que me é fornecida. A informação que me é fornecida é que, ainda durante o mês de dezembro está previsto que as obras se reiniciem. Em relação às questões da rede de água e saneamento: não podíamos estar mais de acordo. Acabei de o referir, na minha intervenção inicial. É um problema complexo. No caso concreto de Oliveira de Azeméis, é um problema duplamente complexo: porque, para além de termos necessidade de fazermos investimentos substanciais na rede baixa, dotar as nossas Freguesias dessas infraestruturas básicas; estamos a falar no nosso Concelho, apesar dos enormíssimos investimentos que foram feitos nos últimos 7 anos, estamos a falar de necessidades de mais de 55 milhões de euros para cumprimos as metas do PENSAAR. Portanto, estamos a falar de um esforço financeiro absolutamente colossal, que manifestamente o Orçamento Municipal não tem capacidade apesar do enorme esforço que tem sido feito. Porque aquilo que tem sido feito, tem sido feito, em larga medida, com esforço do Orçamento Municipal. É evidente que é absolutamente incomportável para nós resolvermos este problema no prazo que seria desejável. Portanto, precisamos de recursos financeiros para

o podermos fazer. O que é um facto, é que já tivemos no passado, já foi dito até à exaustão, recursos, quadros comunitários exatamente orientados para suprir este tipo de problemas. Não o fizemos em devido tempo. E agora somos confrontados com esta dificuldade. E, como sabem, os quadros comunitários de apoio, pura e simplesmente ignoram esta necessidade, ignoram as estradas. Dizem que o país já teve oportunidades para fazer as estradas que precisavam, já teve oportunidades para fazer a rede de água e saneamento em todo o território. Os quadros comunitários de apoio não preveem verbas substanciais neste domínio. Aquilo que tem acontecido são processos de negociação. Como aconteceu connosco, que fomos negociar com os outros Municípios da Área Metropolitana do Porto verbas que tínhamos atribuídas pelas outras áreas. Cedemos essas verbas. E fomos procurar recuperar algumas verbas para as redes de água e saneamento. Dizia eu que, para além de termos o problema da rede em baixa, temos também o problema da rede em alta. Nós temos duas ETAR completamente obsoletas, que já não cumprem de forma eficaz a sua missão. Nós, neste momento, em vez de um investimento preconizado de, há 2, 3 ou 4 anos atrás, de 9.5 milhões de euros. Precisamos, só para as ETAR e para os emissários, de perto de 40 milhões de euros, 38 milhões de euros. É disso que estamos a falar. Esse investimento, é um investimento que tem de ser feito na sua grande maioria por três Municípios: o Município de Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Vale de Cambra. Facilmente percebem, se isto for uma regra simples de dividir por três o custo, estaremos a falar também de investimentos brutais que temos que fazer também nesse domínio. Estamos também a trabalhar já de há algum tempo a esta parte, com a tutela, com a Agência Portuguesa do Ambiente para procurarmos também aqui termos financiamento substancial que nos permita avançar. Inteiramente de acordo, com aquilo que disse a Senhor Vereadora. Este é um problema sério que terá que ser resolvido. E estamos a trabalhar para isso. Neste momento, água e saneamento, estamos a reunir condições para arrancar em Carregosa e Pindelo. Estamos a trabalhar também, os projetos estão concluídos, para termos condições financeiras para avançarmos, numa primeira fase, porque é impossível fazê-lo de outra forma, com Loureiro e São Martinho da Gândara. Estamos a tentar, no mais curto espaço de tempo possível, dentro das nossas possibilidades, com as limitações que todos temos, a procurar dar resolução a este problema. A mesma coisa acontece com a rede viária. Estamos, neste momento, a fazer algumas requalificações que eram completamente inadiáveis. Não era possível continuarmos a manter as estradas neste estado, mesmo aquelas que poderão vir a ser intervencionadas com a rede de água e saneamento, porque, efetivamente estas coisas demoram anos, como sabem. Os concursos demoram muito tempo. Os processos têm com muita carga burocrática, são processos morosos. As pessoas não podem ser sujeitas a condições que dificultam as suas vidas e provocam até, isso é que é mais grave, insegurança. Em relação aos acessos Área de Acolhimento Empresarial de Ul- Loureiro, à variante. Quando tivemos aqui o Conselho de Ministros, que se realizou em julho na Escola Superior Aveiro-Norte, apresentámos todas as nossas reivindicações nos mais variados domínios. É evidente que, nós aquilo que gostaríamos era também esta infraestrutura fosse passível de ser financiada. Nunca tivemos essa perspetiva. Portanto, se houver agora essa possibilidade? Claro que ficaremos

gratos ao Senhor Ministro. Aguardamos também com a expectativa que ele analise esse dossier. Nós, aquilo que temos neste momento é um esboço prévio, que foi feito internamente, uma coisa muito simples, que serviu de base a uma autorização da IP para implementarmos aquela solução que foi a solução que nós conseguimos negociar. Aquilo que nós gostaríamos era: uma rotunda em plena variante, uma rotunda que condicionasse, digamos, fizesse ali alguma acalmia de tráfego e permitisse a ligação direta a norte e a sul: a sul da Área de Acolhimento existente; a norte da futura expansão. Isso não foi aceite. Aquilo que foi permitido ou, pelo menos, aquilo que está perspetivado é que se faça uma replicação da rotunda que atualmente existe para o outro lado da variante e com isso construir acessos à variante. É esse trabalho que tem que ser feito além de, naturalmente, muitos outros trabalhos. Porque a IP exige um estudo de tráfego. Este processo exige também o cadastro de muitas dezenas, mais de centena e meia, de proprietários. E também, o processo, a capacidade financeira para pagar todos esses terrenos que serão necessários, mesmo que o façamos de uma forma faseada. Em relação ao Posto da GNR de Cesar: Efetivamente, conforme vos referi, o processo foi enviado pela Câmara Municipal para a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna. E, no passado dia 7 de novembro, a Secretaria Geral, respondeu ao envio que tínhamos feito com mais um conjunto de pedidos de correções, de alterações, de coisas que eventualmente não estão bem ou de informação que falta. Esse trabalho está a ser feito. Eu julgo que, durante a próxima semana nós enviaremos a resposta a uma listagem enorme de considerações que foram feitas. Muitas delas são pedidos que já estão na Secretaria Geral. Trata-se de juntar toda a informação e juntar todas as alterações que foram feitas. Esse trabalho está a ser feito. Julgo que, durante a próxima semana teremos condições para responder. Mas efetivamente a resposta foi dada. E, a Secretaria Geral do MAI, a essa resposta que nós nos comprometemos dar a partir de 10 de outubro, respondeu no dia 7 de novembro. Portanto, desde o dia 7 de novembro que o processo está de novo na Câmara Municipal. Em relação ao Tribunal de Trabalho, e ao Palácio da Justiça: Ficamos satisfeitos por perceber que esta é uma primeira fase. Discordamos naturalmente da metodologia. Porque o facto de requalificarmos o exterior não nos permite a utilização do espaço interior. Nós conhecemos e sabemos o seu estado de degradação. Aquilo que nós esperamos, é que não tenhamos uma segunda fase a aguardar muitos meses. Esperemos que esta primeira fase rapidamente se conclua e que a segunda fase seja encadeada com o fim desta primeira fase, para não termos uma primeira fase concluída e depois estarmos um ano, dois anos, três anos, à espera de uma segunda fase. E o investimento que fizemos não poder ser logo devidamente rentabilizado. Claro que, à semelhança do que temos vindo a fazer de forma reiterada, vamos continuar a pugnar pela requalificação, não só do nosso Tribunal de Trabalho, porque é absolutamente crítica. Não se esqueçam que o Município paga cerca de 30 mil euros por ano pelo aluguer de umas instalações que existem disponíveis no Tribunal de Trabalho. Portanto, há condições para o erário público deixar de suportar esses encargos. E também a criação de condições, para os utentes e para os trabalhadores, quer no Tribunal de Trabalho, quer no Palácio da Justiça, para que a nossa justiça possa efetivamente ser disponibilizada com outro nível de qualidade. Em relação à

Escola Ferreira de Castro: eu desconheço esse problema. Aquilo que o Senhor Vereador me acabou de dizer foi que: ele próprio também recebeu um e-mail da Associação de Pais, ainda ontem. O problema prende-se com uma válvula. E, portanto, tem a ver com uma questão que a Parque Escolar terá que resolver. É à Parque Escolar que compete resolver este problema ou, pelo menos, deixar que se intervenha para que se possa resolver este problema. Aquilo que eu lhe posso assegurar, é que: nós vamos inteirar-nos do que se passa e vamos procurar dar uma resposta para que as crianças e os jovens possam efetivamente ter água quente no pavilhão. Em relação à intervenção da Joana Ferreira, dizer-lhe o seguinte: o critério? O critério, a própria Joana definiu-o. É um critério de interesse público. E depois, naturalmente, balizado pelas disponibilidades financeiras, porque, obviamente, nós temos que olhar para aquilo que é o quadro extenso de pedidos que nos é apresentado e temos que, naturalmente, fazer uma gestão desses pedidos. Porque é absolutamente inoportável nós podermos dar resposta a tudo. Deixe-me só dizer-lhe em relação a isto uma coisa que é particularmente interessante: Eu tive uma reunião, com dois responsáveis, há uma semana; uma semana e meia atrás, essa reunião terá ocorrido junto à hora do almoço e durante a manhã chegou um comunicado aos órgãos de comunicação social a tecer um conjunto de críticas à Câmara Municipal. Perceba bem a estranheza do comportamento e da forma como este processo é gerido. Estas coisas devem funcionar sempre com respeito institucional. Isto não funciona com birras, nem com turras. As coisas devem ser apresentadas. As coisas são avaliadas. E há uma coisa que deve acontecer. Podemos discordar da resposta, mas temos que a respeitar. Temos de a respeitar, porque é assim que se fomenta o bom relacionamento institucional entre as partes. Não está em causa, como é evidente, termos um documentário sobre os 100 anos das Festas de São Luís, ou, até, sequer, equacionarmos essa relevância. Como poderíamos fazer isso em relação a muitas outras coisas. Nós temos efetivamente vários pedidos da mais variada ordem. E podemos assinalar os 100 anos das Festas de São Luís de outras formas, podemos fazê-lo até com os recursos internos da própria Câmara Municipal. Não há nada que o impeça, esse desafio, inclusive, até já foi lançado. Agora, o que nós não podemos ter é considerações que colocam em causa e que prejudicam, sobretudo, uma abordagem a um problema de uma forma correta, de uma forma elevada. Há coisas que efetivamente não merecem resposta. Aquilo que eu tenho para dizer, é que: a população do Pinheiro da Bemposta, sim, merece-nos resposta e merece-nos consideração. Vamos dar essa resposta e vamos ter essa consideração. E vamos procurar que as festas de São Luís tenham, através de uma realização que poderá ser uma realização documental ou uma realização como esta de produção de um vídeo, de entrevistas como aquela que nos foi sugerida. Não é isso que está em causa. O que importa é que fique registado e assinalado os 100 anos, julgo eu, de funcionamento ininterrupto das Festas de São Luís, que é algo que é significativo. Não tem nada, rigorosamente nada a ver com a importância das Festas e do assinalar desta marca, mas, sobretudo pela forma como as coisas decorreram. Deixe-me dizer-lhe que fiquei completamente surpreendido com o que aconteceu. À tarde liguei às duas pessoas com quem estive reunido e ficaram ainda mais surpreendidas do que eu. Pediram imensa desculpa, efetivamente fugiu-lhes do controle aquele tipo de comportamento.

As pessoas o que vieram fazer foi uma coisa muito simples, que, de uma maneira geral, todas as pessoas fazem, que é: perante uma informação que lhes foi dada vieram procurar falar com o Presidente de Câmara, no sentido de o sensibilizar e procurar ver se era possível assegurar a realização daquilo que se pretendia fazer. O que é um facto, é que eles próprios ficaram completamente surpreendidos com o que aconteceu. Portanto, vieram propor, inclusive, uma solução. E eu disse-lhes, que iria falar com os Senhores Vereadores da Cultura e que íamos analisar a solução que nos tinha sido proposta. Portanto, ficámos todos prejudicados naquilo que era o nosso processo de intenções. Mas eu não abandonei nem a população da Freguesia do Pinheiro da Bemposta, nem a do lugar de Figueiredo onde se realizam as Festas São Luís. Vamos seguramente dar uma resposta e vamos honrar esta tradição importantíssima destas gentes. =====

*===== Intervenção da Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** (gravação 00:41:30): Em relação ainda ao problema da Unidade de Saúde, à resposta que o Senhor Presidente deu. De facto, esteve prevista a colocação de uma médica no dia 5 de novembro. Mas essa médica só veio esta segunda-feira e, só cá vai estar 15 dias, é uma situação provisória. O médico atual do Centro de Saúde, que é o coordenador do Centro de Saúde, também já sabe que vai embora, já comunicou que vai sair. É esta a situação de precaridade em que as pessoas têm os seus médicos aqui 15 dias; Já sabem que este vai embora. É preciso substituir dois médicos. Esta médica provisória que vai embora daqui por 15 dias e o atual coordenador do Centro de Saúde que também informou que se vai mudar para a ULS de Oliveira de Azeméis. É esta situação que de facto não traz segurança e tranquilidade à população. =====*

*===== Intervenção do **Senhor Presidente** para dar resposta à intervenção anterior (gravação 00:42:30): Isso é verdade. Mas nós temos que confiar na gestão que é feita no nosso Centro Hospitalar, em Conselho de Administração do Centro Hospitalar. Aquilo que eu sei é que: o programa do concurso para a admissão de novos médicos já terminou. Nós temos que confiar que o concurso que foi aberto resultou precisamente dessa avaliação. As autoridades de saúde conhecem o quadro em que operam e, portanto, lançam procedimentos, obviamente aprovados pela tutela, para suprir esse tipo de situações. Não tenho dúvidas rigorosamente nenhuma que esta Freguesia vai ficar com os médicos que tinha, não vai ficar sem médicos, não vai ficar sem resposta. Não tenho dúvidas nenhuma sobre isso. Não porque tenha alguma garantia absoluta. Mas porque efetivamente o trabalho que tem sido feito é um trabalho extraordinário. Aqui em Oliveira de Azeméis nós não temos, sinceramente, sinais. E, mais uma vez, não é da nossa responsabilidade, não é da competência da Câmara Municipal, não é da competência nenhum de nós. Mas também, digamos, em abono da verdade, que não temos grandes sobressaltos, naquilo que diz respeito aos recursos humanos que precisamos para prestar cuidados de saúde primários. Portanto, nessa perspetiva, eu confiando naquilo que tem sido a nossa realidade, aquilo que tem sido o nosso histórico, não tenho razões para duvidar que o Doutor Paulo Diz e o Doutor Miguel Paiva, e a Enfermeira Sara, estão atentos ao que se passa*

no nosso Concelho e seguramente estarão a tomar as medidas para que Loureiro, e não só Loureiro, porque esse problema não se verifica só em Loureiro, verifica-se em todas as Unidades de Saúde Locais, não ficarão desprovidos de médicos e de enfermeiros. Confio que essa resposta vai ser assegurada. Mas, naturalmente, vou acompanhá-la e vou procurar junto do Doutor Paulo Diz ou do Doutor Miguel Paiva perceber se há aqui algum tipo de preocupação que nós devamos ter. Ou se realmente tudo está a ser devidamente acautelado, como eu espero. =====

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== A Câmara Municipal apreciou e tomou conhecimento dos seguintes documentos: I/72591/2024 - Modificação Orçamental nº 23/2024; - I/71405/2024 - Relação dos alvarás de licenças e autorizações de utilização emitidas pelo Núcleo de Competências de Apoio Técnico Administrativo da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente, no período de 18/10/2024 a 06/11/2024. =====

===== **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO** =====

===== **APROVAÇÃO DE ATAS** (gravação 00:45:05): O Senhor Presidente colocou à votação a ata nº 75 (I/70881/2024), a qual foi aprovada por unanimidade. =====

===== **PESSOAL** =====

===== **ESTRUTURA NUCLEAR E FLEXÍVEL; REGULAMENTO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/72366/2024) - APROVAÇÃO**: Retirado para melhor análise. =====

===== **RECRUTAMENTO PARA PREENCHIMENTO DE 1 POSTO DE TRABALHO DE TÉCNICO SUPERIOR (ÁREA/ATIVIDADE EDUCAÇÃO FÍSICA) PARA O GABINETE DE DESPORTO DA UNIDADE MUNICIPAL DO DESPORTO, TURISMO, CULTURA, JUVENTUDE E TEMPOS LIVRES, POR MOBILIDADE/PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM (I/71609/2024) - AUTORIZAÇÃO** (gravação 00:57:30): Pela Senhora Vereadora Inês Lamego, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O Regulamento da Organização dos Serviços Municipais - Estrutura Matricial e Flexível (e respetivas alterações), que cria e densifica as competências funcionais das Unidades Orgânicas Flexíveis e das Equipas Multidisciplinares; - A necessidade de pessoal do Gabinete de Desporto da Unidade Municipal do Desporto, Turismo, Cultura, Juventude e Tempos Livres, para acorrer a necessidades permanentes; - A necessidade de reforçar o referido gabinete com profissionais qualificados para garantir a execução das atividades/projetos/planos de trabalho fixados; - O mapa de pessoal para 2024, aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia

Municipal, em 09/11/2023 e 27/11/2023, respetivamente, e alterado por deliberação dos referidos órgãos em 20/06/2024 e 24/06/2024 e 12/09/2024 e 23/09/2024, o qual já contém de acordo com o fixado no artigo 29.º da LTFP, a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, decorrendo desse documento de gestão o plano anual de recrutamentos para 2024, publicitado na página eletrónica deste município em cumprimento com o n.º6 do artigo 6.º da referida lei; - A existência de um posto de trabalho previsto e não ocupado para a carreira/categoria de Técnico Superior (área/atividade Educação Física), motivado pela saída da trabalhadora Ana Rita Lemos Silva Ferreira; - Que os encargos daqui decorrentes têm enquadramento na rubrica e dotação orçamental já aprovados para 2024), na rubrica e dotação orçamental com os CFD's 29/2024 e 274/2024; - Que não estão constituídas reservas de recrutamento para ocupação de idênticos postos de trabalho; - Que se encontram cumpridas as regras e requisitos que a lei faz depender o recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais; - Que é imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de serviço público legalmente estabelecidas, e ponderada a carência de recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia; - Que de acordo com a solução interpretativa uniforme da DGAL homologada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração Local - Despacho n.º 2556/2014, de 15/07: as Autarquias Locais estão dispensadas de consultar o INA no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação (artigo 16.º-A do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09), sendo entidades gestoras subsidiárias, enquanto as EGRA não estiverem em funcionamento; - Que o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09, na sua atual redação, estabelece nos artigos 4.º a 9.º, que o recrutamento necessário à ocupação de todos ou alguns postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal, aprovado nas condições determinadas no artigo 30.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06, e posteriores alterações, é precedido de aprovação do respetivo órgão executivo; - Não ser possível recorrer à mobilidade interna neste organismo por não existirem trabalhadores/as disponíveis para exercerem aquelas funções; - Que pelo artigo 30.º da LTFP “1 - O órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, nos termos do presente artigo. 2 - O recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado ou a termo, consoante a natureza permanente ou transitória da atividade, tal como consta do mapa de pessoal. 3 - O recrutamento é feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado. 4 - O órgão ou serviço pode ainda recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, aberto ao abrigo e nos limites constantes do mapa anual global aprovado pelo despacho a que se refere o n.º 6. (...).” Face à urgente necessidade de contratação e tendo em conta os princípios constitucionais da racionalização, economia, eficácia e eficiência que devem presidir à atividade municipal, deverá ser autorizado que o recrutamento possa ser efetuado

entre trabalhadores/as com vínculo de emprego por tempo indeterminado, a termo resolutivo ou sem vínculo de emprego público; Não foi emitido despacho prévio favorável que permita a utilização do mecanismo de negociação. Proponho que: Ao abrigo das normas supra citadas e de acordo com os artigos 4.º a 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03/09, na sua atual redação, e nos limites constantes do mapa anual de recrutamento, delibere e autorize: 1. Recrutamento em regime de mobilidade na categoria de um (1) Técnico Superior (na área/atividade de Educação Física), para exercício de funções no gabinete identificado, de acordo com o disposto nos artigos 92.º e seguintes do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06 (e respetivas alterações), considerando os fundamentos de interesse público, de economia, eficácia e eficiência; Caso este procedimento fique deserto, proponho que, abrigo das normas citadas, delibere e autorize: 2. A abertura de procedimento concursal comum para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 1 posto de trabalho para Técnico Superior (na área/atividade de Educação Física) para o Gabinete de Desporto da Unidade Municipal do Desporto, Turismo, Cultura, Juventude e Tempos Livres, nos termos dos artigos 30.º e 33.º do anexo da Lei n.º 35/2014 de 20/06, conjugado com a Portaria n.º 233/2022, de 09/09, com vista à prossecução das missões/atribuições/competências previstas no Regulamento de Organização dos Serviços - Estrutura Matricial e Flexível e para exercício das funções/competências/atividades caracterizadoras do identificado posto de trabalho do Mapa de Pessoal e no anexo a que refere o n.º 2 do artigo 88.º do Anexo LTFP. Delibere igualmente que o recrutamento possa ser feito também de entre trabalhadores/as com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, trabalhadores/as com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por maioria, com três abstenções dos Senhores/as Vereadores/as do PSD, cinco votos a favor dos Senhores/as Vereadores/as do PS e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **MAPA DE PESSOAL ANO DE 2025 - APRECIACÃO/ APROVAÇÃO:**
Retirado para melhor análise. =====

===== **ENCARGOS COM NOVOS RECRUTAMENTOS ANO DE 2025 (I/72073/2024) - APROVAÇÃO:** Retirado para melhor análise. =====

===== **SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE ANO DE 2025 (I/72074/2024) - APROVAÇÃO:** Retirado para melhor análise. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR COM A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - DELEGACÃO DE CUCUJÃES (I/71905/2024) -**

APROVAÇÃO (*gravação 00:59:20*): *Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que o Corpo Europeu de Solidariedade congrega os/as jovens para construir uma sociedade mais inclusiva, apoiando as pessoas vulneráveis e dando resposta aos desafios sociais e humanitários; - A Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Cucujães, tem como princípios fundamentais orientadores da sua intervenção: a humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade, com a missão de “prevenir e aliviar o sofrimento humano, em Portugal e no mundo” e é detentora do Selo de Qualidade CES 2021-1-PT02-ESC50-QLA-000007778; - No âmbito dos Programas da Comissão Europeia, nomeadamente o referido Programa Corpo Europeu de Solidariedade e o Programa Erasmus+, a Delegação de Cucujães da Cruz Vermelha Portuguesa assume a candidatura e implementação do Selo de Qualidade 2024-2027, com vista ao acolhimento de equipas de jovens, entre os 18-30 anos, oriundos/as de diversos países na Europa, durante um período inferior a 30 dias, para a realização de atividades de voluntariado de curta-duração na área geográfica do Município de Oliveira de Azeméis; - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio da Educação, Tempos Livres, Ação Social e Promoção do Desenvolvimento (alínea d), f), h) e m) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual), bem como a Estratégia e política municipal de Igualdade e Responsabilidade social; - Que a atribuição de apoios financeiros ou não financeiro está sujeita aos procedimentos previstos no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo e é precedida de avisos de abertura de candidatura, a estabelecer por despacho do Presidente da Câmara ou do Vereador/a da área com competência delegada na matéria e a publicar em edital e no sítio da Internet do Município (cf. estatuído no n.º 1, do art.º 6º); - Que conforme despacho do Sr. Vereador Hélder Simões 18 de novembro de 2024:” Face à especificidade do protocolo e a génese do mesmo provir da entidade CVP, dispense a abertura do período de candidaturas para o efeito.”; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do art.º 5.º n.ºs 1, e do art.º 5.º B, n.º 1 do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29.01, alterado e republicado DL n.º 111-B/2017 de 31.08, tendo em conta o objeto do contrato; - A designação do trabalhador Pedro Saavedra, Gestor do presente Protocolo (art.º 290.º A do CCP). Ao abrigo da alínea o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual; Proponho: - Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação da minuta do Protocolo de colaboração a celebrar com a Delegação de Cucujães da Cruz Vermelha Portuguesa, no âmbito da candidatura apresentada por esta ao Programa Corpo Europeu de Solidariedade e implementação do Selo de Qualidade 2024-2027. Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º XXX/2024.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====*

===== **FINANCAS E CONTABILIDADE** =====

===== **AUTORIZAÇÃO DE INSCRIÇÃO E REFORÇO DE VERBAS DO ORÇAMENTO E PPI - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA ANOS SEGUINTE (I/71795/2024) - APROVAÇÃO** *(gravação 00:59:55)*: Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “1. Considerando que até esta data temos seguido as orientações do SATAPOCAL - Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL, na sua Brochura n.º 1, naquilo que diz respeito a Modificações aos Documentos Previsionais; 2. Considerando que nessa brochura, naquilo que diz respeito às alterações ao PPI, é referido que “a realização antecipada de ações previstas para anos posteriores ou a modificação do montante das despesas de qualquer projeto constante no plano plurianual de investimentos aprovado, devem ser precedidas de uma alteração ao plano, sem prejuízo das adequadas modificações orçamentais no orçamento, quando for o caso”. 3. Considerando que a interpretação do SATAPOCAL dos normativos referenciados nessa brochura dá como exemplos de modificações permutativas ao PPI (alterações ao PPI), a antecipação dos encargos financeiros do ano $N + 1$ para o ano N de um determinado projeto e a modificação do custo global e/ou parcial anual de um projeto; 4. Considerando que foi até agora nosso entendimento que numa alteração do valor inscrito no PPI em anos seguintes apenas era necessária a autorização do Órgão Executivo, por considerar que se tratava de uma modificação permutativa ao PPI e Orçamento, competência esta delegada no Sr. Presidente da Câmara Municipal; 5. Considerando que o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11/02, que aprova o SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas, define no seu Anexo II, na NPC 26, que as alterações orçamentais permutativas são aquelas que procedem à alteração da composição do orçamento da receita ou da despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global, não originando o aumento global da despesa, e é esse entendimento que temos seguido; 6. Considerando que vem agora o Tribunal de Contas fazer uma interpretação diferente em relação às despesas plurianuais, vertido no seu Acórdão n.º 29/2023 da 1ª Secção - SS, de 7 de Novembro de 2023, e considerar que a referência feita pelo legislador a “aumento da despesa”, no n.º 2 do Art. 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/6, tem de ser interpretada como reportando-se à despesa prevista em cada projeto inscrito no PPI - Plano Plurianual de Investimentos e não à despesa global do orçamento. 7. Considerando que nesse entendimento está subjacente a intenção do legislador exigir autorização do Órgão Deliberativo do Município sempre que haja uma alteração ao PPI que aumente a despesa do projeto nele inscrito, independentemente de tal alteração comportar ou não um aumento da despesa global do orçamento. 8. Considerando que apesar desse montante de despesa global do orçamento não sofrer qualquer aumento por via de uma modificação ao PPI em anos seguintes, esse Acórdão estabelece que a existir essa modificação, a mesma implica um aumento na despesa inscrita no projeto em causa nele prevista, e por esse motivo tem a modificação orçamental ser precedida de deliberação da Assembleia Municipal, nos termos do Art. 22.º, n.º 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6, e do Art. 6.º, n.º 1, al. C) da LCPA. 9. Situação idêntica acontece com o Mapa Plurianual da Despesa aprovado e com as verbas autorizadas para anos seguintes. 10. Submete-se à prévia autorização da Assembleia

Municipal a inscrição e reforço para os valores para anos seguintes dos Projetos/Ações/Rubricas a seguir discriminados: **Empreitada 25/2020 - “Estação Multimodal de Transportes de Oliveira de Azeméis” - 4ª Modificação Objetiva ao Contrato. PPI 94/2018 - Classificação Económica 07010301. 2025 = 500.000,00€**” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta apresentada. =====

===== **DOCUMENTOS PREVISIONAIS I/71797/2024: ORÇAMENTO, GRANDES OPCÕES DO PLANO E QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL PARA O ANO 2025; - APRECIACÃO / APROVAÇÃO** (gravação 01:01:00): Presente os documentos referidos em epígrafe, os quais ficarão arquivados em formato digital.” Pelo **Senhor Presidente**, foram dadas as devidas explicações sobre a proposta em análise. O Senhor Vereador **José Campos** interveio da seguinte forma (gravação 01:23:45): Cumprimentar todos aqueles que aqui estão presentes e todos aqueles que veem e ouvem lá em casa. É, de facto, como o Senhor Presidente disse: Este é um ponto extremamente importante. Também já falamos aqui da chegada tardia da toda a documentação para esta reunião de câmara e, por consequência, este documento. Seguramente, desta vez, pelo menos neste mandato, foi a vez que chegou mais tarde, já passava das 23:30. Eu sei que, se calhar, todos os anos dizemos isto. R este argumento pode-se tornar repetitivo. Mas, no fundo, é a realidade. Com a nossa atividade profissional, como a minha colega Carla também já referiu no início, este curto espaço de tempo, na prática, 48 horas, não é possível fazermos de facto uma análise consistente, uma análise profunda ao orçamento. Não há dúvida que, o memorando pré-orçamento que nos enviam antecipadamente, e que agradecemos, ajuda sem dúvida. Mas, ao basearmos grande parte da análise nesse memorando, o que acaba por acontecer é que a análise que nós fazemos é necessariamente mais superficial. Quando, em bom rigor, o que nós devemos analisar, o que nós devemos discutir e aquilo que vamos votar é o documento que, repito, nos chegou praticamente a 48 horas dessa reunião. A verdade é que, nós todos os anos falamos disto. E, infelizmente, não foi neste mandato que se conseguiu que este documento pudesse ser enviado com antecedência aos vereadores. Falando documento: Ele, de facto, começa por definir as linhas estratégicas do Município. E até aqui, eu diria que todos estamos de acordo com as principais linhas estratégicas que são definidas. Porque, conceitos como: priorizar a reabilitação urbana; a mobilidade urbana sustentável; a educação; a inclusão social; o aumento das verbas para as freguesias; o apoio às famílias e às pessoas - São tudo linhas com que todos nos identificamos. Onde já não nos identificamos é depois na concretização concreta, eu diria, das políticas e medidas que têm sido levadas a cabo. Por exemplo, o Senhor Presidente falou e bem, e, no fundo, estamos de acordo - no que diz respeito às transferências correntes e de capital para as juntas de freguesia têm de facto aumentado ano após ano. Mas percebi, até da sua intervenção inicial, que o Senhor Presidente concorda comigo que tem aumentado a um ritmo que ainda é manifestamente inferior aquele que necessário para que as juntas de freguesia possam levar a cabo muitos dos anseios, muitas das

necessidades que as suas populações apresentam. Também, em nossa opinião, nós não conseguimos ver uma política verdadeiramente sustentada. E não vemos isto vertido neste orçamento com verdadeiras medidas estratégicas para fixar pessoas e para atrair mais pessoas para o nosso concelho. Não vemos, por exemplo, a este propósito, um reforço que nós vereadores do PSD vimos defendendo já há muito tempo, um reforço nos apoios à natalidade. Continuamos a ver, em sentido contrário, a manutenção da participação dos oliveirenses no IRS na taxa máxima de 5%. Que nós também já defendemos, é público, já debatemos muitas vezes, a sua redução já de há muito tempo. Uma política centrada nas pessoas, a ser levada a cabo num orçamento que nós vereadores do PSD tivéssemos intervenção, teria que seguramente ter aqui em conta um aspeto muito importante que diz respeito a reforço ao apoio, sobretudo às famílias oliveirenses, e, neste caso concreto, por exemplo, nomeadamente nas tarifas de água e de saneamento e nas tarifas de resíduos sólidos. E também, por exemplo, outra medida que defendemos já de há muito tempo e que gostaríamos também que viesse a ser implementada: diz respeito ao Vale Educação que, na nossa opinião, deveria ser alargado ao ensino secundário e ao ensino privado e corporativa. Também, diria o seguinte: A nossa política de valorização do território - nós achamos que - terá sempre que passar por um reforço da atratividade das nossas 19 freguesias. Ao contrario daquilo que, nos parece a nós, se verifica atualmente em que grande parte dos investimentos que são orçamentados são na cidade. E aquilo que verificamos é que as freguesias se vão afastando, no fundo, vão parecendo ficar cada vez mais distantes, não só, do centro da idade, mas também entre si. SA este propósito, eu gostaria de voltar a frisar aqui a importância, e chamar à atenção, e este é também um desafio que acho que devemos fazer ao executivo quando estamos a discutir o orçamento e que diz respeito à IV Fase da Via do Nordeste - à conclusão da Via do Nordeste: Deveria já ter sido prioridade nos anos anteriores, deveria ter sido prioridade em 2024 e deve continuar a ser prioridade para os anos seguintes. Eu acho que para a coesão territorial a conclusão da Via do Nordeste é de facto importante. Resumindo, nesta parte da minha intervenção: No campo das prioridades, seguramente estamos todos de acordo. Aquilo que nos divide depois são as opções e as medidas que são preconizadas. E aí, não estamos de acordo na maioria delas. Mas também, e como tenho feito sempre todos os anos, e é justo que o façamos também agora, não estando de acordo com a maioria das políticas e das opções que têm sido tomadas, temos seguramente aspetos positivos que devemos, - o Senhor Presidente já falou de alguns - com toda a transparência e acima de tudo concordância, louvar e que continuam, e bem, a estar explanados também neste orçamento municipal. Falo, desde logo, nos investimentos elevados - o senhor presidente falou - que continuam a estar previstos e tem de facto acontecido na expansão e beneficiação das redes de água e saneamento. Tenho dito várias vezes, e volto a repetir, porque é seguramente um dos desígnios que nos deve unir, que, enquanto acontecer esta aposta estrutural para o nosso concelho, vai ter sempre da nossa parte essa palavra de reconhecimento. Mas também, como o Senhor Presidente referiu e bem, e deu aqui o exemplo de Loureiro e de S. Martinho, - estamos em Loureiro e melhor exemplo não podia ter sido dado - ainda falta muito por fazer. Por exemplo, a concretização da rede de água

e saneamento aqui em Loureiro deve também ser uma prioridade. Outro projeto, este mais recente, que, também não poderia deixar de merecer aqui a nossa concordância, a nossa palavra de apreço, é o da Fábrica do Futuro. Esperemos que seja de facto uma realidade rapidamente, para bem da nossa competitividade empresarial, para bem da nossa comunidade educativa e, por conseguinte, para bem do nosso desenvolvimento económico e do nosso crescimento económico. E é também, senhor presidente, com agrado que, finalmente, finalmente, diria, vemos que o Ecocentro Municipal, que nós vereadores do PSD temos vindo a reclamar há já bastantes anos, vai finalmente ter para 2025 uma dotação orçamental relevante. Mas mais importante do que ter esta dotação orçamental é que depois no plano da concretização da obra esta sai realmente do papel em tempo útil. E não vejamos, como tem acontecido numa substancial parte das obras, as verbas a serem ano após ano inseridas no orçamento, mas depois ano após ano tardam em serem executadas, com atrasos, não só nos prazos da obra, face aquilo que estava inicialmente previsto, mas também com derrapagens grandes em termos financeiros, face aquilo que o executivo municipal previa. E isto tem acontecido com parte substancial dos investimentos que este executivo, desde a primeira hora, considerou de facto como fundamentais e para onde tem sido canalizado muitos, mas, mesmo muitos, milhões de euros. E nestes casos, e também porque, mais uma vez acontece neste que é o último orçamento deste mandato, não podemos deixar de verificar, com lamento, que os factos falam por si e não são bons para Oliveira de Azeméis. Falo, muito concretamente, de alguns investimentos que o Senhor Presidente referiu. E eu queria-lhe falar de quatro: Parque Urbano; Garagem Justino; futura Praça Maior; Casa Sequeira Monterroso. Sendo que três destas empreitadas continuam de facto a prever para 2025 e os anos seguintes verbas bastante elevadas. O ano passado já tinha feito a análise que fiz agora para este ano quando analisei o orçamento para 2024, no Plano Plurianual de Investimentos para estas quatro empreitadas o somatório dos investimentos que estavam previstos totalizava um valor financeiro estimado de 18.5 milhões de euros. Este ano, fazendo a mesma análise do PPI para 2025, esta previsão já está bem acima dos 22 milhões de euros. Se formos especificar cada uma destas quatro obras - deixe-me dizer-lhe o seguinte: Relativamente ao Parque Urbano, quando em 2018 o terreno foi anunciado - já lá vão 6 anos - quando foi anunciada a aquisição do terreno para o Parque Urbano foram anunciados também duas previsões: Relativamente ao investimento total - a previsão que era feita, era de 3.5 milhões de euros; Relativamente ao Parque estar disponível para os oliveirenses a previsão na altura que apontavam era para 2021, 2022. O que é que nós sabemos agora? Sabemos agora que este valor já ultrapassa os 6.5 milhões de euros. E, hoje, ainda hoje vamos votar aqui nesta reunião de câmara um pedido de prorrogação de prazo por mais um ano. Ora, além de, pelas considerações do empreiteiro, sobre as falhas do projeto fazerem prever mais trabalhos complementares, portanto, parece que a obra vai encarecer ainda mais. Também já percebemos que o Parque não estará pronto antes do final de 2025. Relativamente à Garagem Justino: investimento total previsto na ordem dos 2.7 milhões de euros. Finalmente agora começamos a ver, ao fim de muitos anos, alguma luz ao fundo do túnel. Mas, de facto, é um projeto que também tardou e tarda, no fundo, em sair do papel. Casa

Sequeira Monterroso, relativamente a atrasos na sua concretização: Também sofreu atrasos significativos. Vai estar, parece, finalmente, concluída brevemente. Mas as obras vão terminar mais de um ano e meio depois daquilo que estava inicialmente previsto. E com valores de contratos a mais que encareceram em largas centenas de milhares de euros o valor da empreitada, face aquilo que estava inicialmente previsto. Falando agora do último destes quatro grandes investimentos que para este Executivo eram considerados estratégicos, a Praça Maior, e sem falar daquilo que já foi investido: temos, nos próximos anos, valores financeiros previstos para este projeto superiores a 7.2 milhões de euros. Em nossa opinião - a questão principal é que: nos últimos anos, grande parte da atenção do Executivo esteve de facto centrada nestas grandes obras, ainda com pouco resultados visíveis; - outras prioridades, que para nós vereadores do PSD eram mais urgentes, foram ficando para trás. Falo das requalificações das nossas Zonas Industriais. Temos vindo a falar muitas vezes em reunião de câmara disto. Finalmente em 2024, e após vários anos de promessas, começamos a ver, também aqui, a luz ao fundo do túnel no que diz respeito à requalificação da Zona Industrial do Nordeste e da Zona Industrial Nogueira do Cravo/ Pindelo. O povo costuma dizer e bem: «Mais vale tarde do que nunca.» Mas a realidade é que, basta falarmos com os nossos empresários e com os nossos trabalhadores, para percebermos os constrangimentos que estes atrasos causaram e que ainda continuam a causar. De facto, o Senhor Presidente falou, e bem, é o que eu digo: na questão dos conceitos, nós estamos de facto de acordo. A nossa produção industrial, o nosso setor industrial tem de facto de ser uma prioridade estratégica para a competitividade e do desenvolvimento do nosso concelho. E eu, apenas, relativamente a esta matéria, diria só mais o seguinte: o Senhor Presidente disse, em meados de 2023, numa reunião de câmara, que estas duas zonas industriais estariam, seguramente, integralmente, requalificadas até ao final do mandato e, portanto, eu apenas aqui queria dizer o seguinte: faço, sinceramente, votos para que assim seja. O Senhor Presidente também o admitiu, na sua primeira intervenção sobre o orçamento. Mas há também de facto outra prioridade que nós achamos que foi ficando para trás ao longo destes quatro anos de mandato, e que diz respeito à requalificação da nossa rede viária. Agora sim, parece que é prioritária. Mas já deveria ter sido prioritária. É certo que haverão sempre vias rodoviárias que vão necessitar de intervenção. Mas também é certo que muitas delas, e não obstante os vários alertas dos mais variados quadrantes, foram sempre sendo deixadas sem intervenção para agora, muitas delas, a um ano de eleições, aparecerem previstas requalificar numa frente de obra enorme. Fracamente, Senhor Presidente, não me parece que seja coincidência que estas empreitadas tenham começado agora. Há uma coisa que é certa, 2025 será de facto um ano em que o orçamento tem uma dotação significativa para as nossas estradas. Mas também é certo, já deveriam ter sido os orçamentos passados a terem dotações significativas nesta rubrica. Para terminar, queria só dizer o seguinte: este é de facto um orçamento de continuidade. E isso é perfeitamente normal, é perfeitamente natural. E, obviamente, com toda a legitimidade traduz aquelas que são as prioridades deste Executivo e que estão desde a primeira hora elencadas. Sendo que, como disse, grande parte destas opções e das prioridades que desde a primeira

hora estão elencadas, os atrasos têm sido significativos. Elas têm vindo a serem elencadas muitas vezes nas mesmas rubricas com os mesmos valores porque acabam por não serem executados. Têm vindo a serem elencadas orçamento atrás de orçamento, ano após ano. E aquilo que tem tardado, conforme referi atrás, é depois a execução. Mas de facto, e concordando com algumas opções do Executivo, a verdade é que, na sua maioria, as nossas opções seriam outras. Este não seria o nosso orçamento, como é obvio. O nosso orçamento teria que ter plasmada uma estratégia cada vez mais humanista, cada vez mais centrada nas pessoas e nas famílias, na coesão territorial, na inclusão social, e não tanto nas grandes obras como tem acontecido. O Senhor Presidente, hoje, falou da Estalagem S. Miguel. Deixe-me só dizer que, faz falta neste orçamento para 2025 uma previsão, uma solução, faz falta uma referência para a Estalagem S. Miguel. O Senhor Presidente hoje falou na Estalagem S. Miguel. Mas olhando para orçamento, eu senti a falta no orçamento de uma previsão, uma solução, de uma palavra que fosse, de um apontamento que fosse, de uma referencia que fosse à Estalagem S. Miguel. O **Senhor Presidente** referiu que ^(gravação 01:44:40): A sua intervenção acaba por caracterizar bem a herança terrível que nós recebemos. Porque, efetivamente, consegue elencar um conjunto vasto de prioridades, de necessidades que são necessárias suprir. E falou muito bem. E estamos inteiramente de acordo com a requalificação das zonas industriais do Nordeste, com a zona industrial de Nogueira do Cravo, apesar de já termos requalificado com investimentos substanciais a zona industrial de Oliveira de Azeméis e também parte da Área de Acolhimento Empresarial do Ul/Loureiro. As questões ligadas ao saneamento. As questões ligadas ausência de espaços públicos devidamente requalificados. Temos um espaço do concelho dignos de um concelho com esta dimensão. A nossa Casa da Cultura. O estado do nosso Mercado Municipal. O estado do nosso Parque Escolar. Bem, efetivamente, eu percebo a sua dificuldade em atacar um orçamento destes. E percebo a sua dificuldade maior ainda em apresentar alternativas. Diz que, discorda. Teria uma visão muito mais humanista. Embora reconheça, que há aumentos substanciais no apoio às famílias, que há apoios com aumentos substanciais às juntas de freguesia, etc. Todos nós estamos de acordo que os apoios às juntas de freguesia são insuficientes apesar de, em cada um destes mandatos, contrariamente àquilo que aconteceu no passado onde tiveram cortes substanciais nas transferências - tiveram reforço 15%. Hoje transferimos mais um milhão de euros, por mandato, para as nossas juntas de freguesia. Inteiramente de acordo que são valores ainda insuficientes. Mas há uma coisa que acontece também na atual gestão autárquica. É que as nossas juntas de freguesia e as nossas freguesias - Discordo absolutamente do que disse: - de que os investimentos se concentram na cidade, não é verdade. Os nossos presidentes de Junta de Freguesia, melhor do que eu, habilitadamente, poderão dizer-lhe que não é verdade. Aliás, terá oportunidade hoje de aprovar, como em quase todas as reuniões tem a oportunidade de aprovar, investimentos nas nossas freguesias. E, portanto: o Parque Verde, em Carregosa; a envolvente ao cemitério de Cucujães; a Rota de Alminhas, que está neste momento a ser construída em Macieira de Sarnes; a Casa das Coletividades, que está a ser construída neste momento em Fajões; o Monte de São Marcos, que vai ser inaugurado; a reabilitação da sede

do NAC, em Cucujães; a Casa da Ruralidade e o Núcleo de Gastronomia, em Cesar; a Escola Cantina em São Martinho da Gândara; o Sindicato Vidreiros do Norte, em São Roque; a Escola de Teamonde, em Carregosa; o Centro Interpretativo Ferreira de Castro, em Ossela; a Avenida dos Combatentes na sua freguesia, em Pindelo, com investimento substancial; a estrada da Paróquia de Fajões; a requalificação da Rua do Mosteiro. Estaria aqui a falar muito tempo sobre uma preocupação que tem existido de promovermos o desenvolvimento do território de forma coesa, não permitindo que freguesias que têm deficit estruturais de desenvolvimento se mantenham nesse registo. Eu gostaria só de fazer aqui algumas observações, em relação àquilo que disse: Efetivamente, é muito difícil atacar um orçamento municipal que tem um conjunto de obras que são absolutamente estratégicas para o nosso desenvolvimento, elas foram inclusive definidas em termos de prioridades. Uma boa parte do nosso investimento é direcionado para a educação. A segunda parte, o segundo maior bolo é direcionado para o apoio social. Portanto, temos aqui elencadas claramente aquilo que são as prioridades e as políticas humanistas deste orçamento. Mas, é evidente que, quando diz que nós temos que criar e ter políticas públicas para fixar pessoas. E quando resume essas políticas públicas a fiscalidade. Essa é que é uma visão redutora de desenvolvimento do território. As pessoas não se fixam nos territórios apenas porque nós reforçamos um vale educação. Houve historicamente sempre oportunidade de o atribuir. E isso nunca foi feito. E fomos nós que o implementamos. Assim como, o apoio aos estudantes carenciados para frequentarem o ensino superior. Houve oportunidade de implementar essas bolsas. E isso nunca foi feito. Neste exercício temos quarenta bolsas para atribuir. E esse caminho é um caminho que progressivamente vamos fazendo. Mas a fixação das pessoas faz-se em múltiplos domínios. E, portanto, ter uma visão de que as respostas só assentam no dia da fiscalidade. É ter uma visão completamente redutora daquilo que é importante para as pessoas. As pessoas hoje querem ter emprego, naturalmente, ter habitação, querem ter respostas ao nível da educação, querem ter respostas ao nível da saúde, querem ter qualidade urbana, querem ter cultura nos territórios, querem ter soluções de mobilidade. As pessoas hoje têm um conjunto de premissas que são absolutamente determinantes para que elas escolham um território para viver. Eu gostaria muito que isto se resolvesse com o MAFIN (apoio à natalidade). E, portanto, nós aumentarmos o valor à natalidade e isto significasse garantir pessoas a fixar-se no nosso território. É evidente que isso são meros instrumentos. Instrumentos que têm que assentar numa resposta integrada, multidimensional, que permita que nós criemos condições para que o território e as respostas presentes no território sejam atrativas para as pessoas os acolherem para o seu projeto de vida. E uma das preocupações que nós temos que ter - E eu concordo em absoluto consigo, senhor vereador - temos que ter efetivamente políticas públicas para fixar pessoas no território, para fixar pessoas no país, mas temos de ter também políticas públicas para impedir que as pessoas saiam do território. E, por isso, o projeto, esse e muitos outros - Eu diria que, para mim, o Parque Urbano é estruturante. Diria que, para mim, a Praça Maior é estruturante, como Oficina de Artes é estruturante e a Fábrica do Futuro são projetos estruturantes. Todos esses projetos são contributos relevantes para fixar os locais. E depois, naturalmente,

esperamos que esses projetos tenham também dimensão para poderem também atrair pessoas para o nosso território. Reforçar o apoio às famílias oliveirenses. Isso faz-se também, mais uma vez, com respostas integradas. Olhar para isto numa perspetiva pura e dura de apoiar os tarifários da RSU, de água e saneamento, quando se sabe que é ilegal subsidiar esses sistemas, não é? Portanto, sabe que é ilegal. Mas, portanto, sugere-o. Deixe-me que lhe diga: apesar de ser, enfim, ilegal, digamos assim, ou não ser recomendável fazê-lo, o que é facto é que, nós já o fazemos. O que é facto é que nós já o fazemos. Como sabe, as orientações que são dadas são no sentido de, as câmaras não está aqui para ter lucro, as câmaras estão aqui para se cobrarem por serviço que prestam às populações para não gerarem défices. E, portanto, é essa a preocupação. As boas regras de gestão orientam e dizem isso. Portanto, nós não devemos subsidiar esse sistema. Embora, reconheça que é uma prática que acontece em vários municípios, mas que tenderá a ser corrigida, naturalmente. O que eu que eu gostaria de dizer também, em relação a uma outra obra que elencou: Não podíamos estar mais de acordo. Mas também nunca ouviu dizer, que nós resolvemos todos problemas do concelho. Portanto, nós sabemos que o problema da conclusão da Via do Nordeste está aí. Portanto, já fizemos um pequeno troço, como sabe, da rotunda do Lindolfo até à Avenida Nossa da Ribeira ou Rua de São Salvador, mas, falta efetivamente a ligação da Freguesia de Cesar a Fajões. Esse trabalho está a ser feito. Estamos com quatro ou cinco parcelas que faltam negociar porque, é preciso adquirir terrenos, é preciso adaptar o projeto à nova realidade, há aqui dificuldades como outro proprietário. Mas, pode ter a certeza que vamos promover a conclusão da Via do Nordeste. Até porque achamos que ela é muito importante para esta região do concelho. Não concordo consigo também, quando diz que não estão de acordo com a maioria das nossas propostas. Sinceramente, senhor vereador, tenho muita dificuldade em perceber uma observação destas. E digo, porque o que aqui está é muito daquilo que os senhores certamente fariam. Sobre isso não há dúvidas nenhuma. Aliás, vocês reivindicam, não raras vezes, de que aquilo que está a ser feito é aquilo que são as vossas obras, aquilo que, vocês, já estava previsto e até já tinham dinheiro para as fazer. E, portanto, deixe-me que lhe diga o seguinte: - Mas discordam das zonas industriais das requalificações que estão a ser feitas? Não discordam. A única coisa que dizem, é: pecam por tardias. Ainda bem que hoje falamos em atrasos em obras. Porque realmente a palavra - atraso - é nova no vocabulário oliveirense. Porque não existia. Porque não existiam obras. Os atrasos, resultam do facto de termos uma frente de obra sem paralelo. Mas discorda daquilo que está a ser feito nas escolas? Discorda daquilo que se prevê a fazer nos centros de saúde? Discorda daquilo que se fez e que está a prever fazer os postos da GNR? Discorda do que está a ser feito na água e saneamento? Já disse que não. Discorda daquilo que está a ser feito na fábrica de futuro? Discorda daquilo que está a ser feito nos espaços verdes? Discorda daquilo que está a ser feito no apoio ao desporto, ao movimento associativo, às juntas de freguesia? Não discorda. Portanto, dizer que: discordam da maioria das coisas que estão plasmadas nesse orçamento. É para mim difícil de perceber. Poderão. E já o fizeram várias vezes. E, senhor vereador, eu também digo sempre, tem toda a legitimidade para discordar do que está a ser feito. Portanto, que só faltava essa. Agora, não posso aceitar

é que o senhor diga que discorda da maioria das coisas que estão aqui previstas neste orçamento. Porque isso significa dizer que dois partidos com enormíssimas responsabilidades na gestão deste território discordam daquilo que é absolutamente estruturante e determinante para o seu futuro. Não me parece. Nós não somos daqueles que rasgamos o passado. Consideramos esse passado, com todas as vicissitudes. É mesmo assim. Mas também temos que ter algum alinhamento, em relação àquilo que é preciso fazer no futuro. Porque, obviamente, o PSD e os seus vereadores são um partido muito importante na construção deste território e não podemos ter sobre isto visões completamente antagónicas sobre aquilo que se pretende fazer. Podemos ter em relação outros partidos, mas em relação ao PSD temos que ter aqui um elevado nível de concertação naquilo que nós consideramos que é absolutamente estratégico. Não querendo com isto dizer, e nós estamos de acordo que é preciso é com ecocentro municipal, nós estamos de acordo que é preciso obra A, que é preciso obra B, isso não quer dizer que não estamos em completo desacordo em relação a uma outra obra. E, portanto, eu sempre disse que respeito isso. Nós consideramos que a Praça Maior, independentemente do valor de investimento, porque os valores de investimento evoluem. Como sabe, nós quando indicamos um valor para o Parque Urbano ou outra coisa qualquer, nem sequer temos o projeto. E, portanto, são os projetos e a ambição que nós temos com esses projetos, com sugestões que os projetistas nos apresentam, com a auscultação que nós fazemos, que depois levam ao alinhamento. Repare, diz-me assim: estão aqui previstos sete a oito milhões de euros para a Praça Maior. Eu ainda não tenho o projeto. Isto é uma previsão. Não sei qual a estimativa orçamental, até pode ser catorze ou pode ser cinco. Mas, repare, a Praça da Cidade, que não cumpre função rigorosamente nenhuma, custou há uma carrada de anos mais de sete milhões de euros. Mais de sete milhões de euros. A preços atuais, a Praça da Cidade custaria onze, ou doze, ou treze, ou catorze. E, portanto, o que eu quero dizer com isto, é que: os investimentos não têm preço se produzirem o efeito que nós todos desejamos. Aquilo que é importante, é que nós esclareçamos, de uma vez por todas, duas coisas que me parecem importantes - e julgo que essa é uma narrativa que está à procura ser construída, que, infelizmente, é uma narrativa que não pode ser municipalizada, como também nós sempre dizemos - que é: os atrasos nas obras é um exclusivo da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, ou seja, não acontece nas câmaras vizinhas, elas não demoram mais um ano a executar. Os trabalhos a mais que na lei estão previstos poderem ir até 50% do valor da obra, 50% vejam lá bem o que é que o legislador entende que pode ser uma derrapagem numa obra pública, 50% do seu custo, ou seja, se ela custa cinco, pode derrapar até aos sete e meio. Veja bem. Isto acontece generalizadamente em todo o país, até nas grandes obras, com os melhores gabinetes de projeto, como no Metro do Porto ou de Lisboa que têm derrapagens absolutamente assustadoras. Quem quiser ver o que aconteceu na Casa da Música; Quem quiser ver o que aconteceu em todas as grandes obras públicas e nas pequenas grandes obras públicas, percebe, que infelizmente, por várias circunstâncias, por várias razões, e não tem seguramente a ver com responsabilidade da Câmara Municipal, porque esses projetos que refere onde há atrasos da obra são projetos de concursos públicos onde nós temos o concorrente a ganhar e, portanto,

temos que respeitar esse concorrente. Não podemos é evitar erros de projeto. Não temos essa condição. Temos é a obrigação de, quando confrontados com esses erros, confrontados com problemas nas obras, tentar encontrar soluções para as resolver. Que é isso que nós temos tentado fazer com muito esforço, nalguns casos, de forma mais célere, outras, dada a complexidade das questões, de forma mais lenta. Mas o que é um facto, é que, nós, neste momento, em vez de estagnação, podemos falar em desenvolvimento, em vez de dívida, podemos falar em superavit. Portanto, estas são novas palavras que nós trazemos para o vocabulário. Nós estamos neste momento a falar de níveis de investimento, sem paralelo, sem precedentes, naquilo que é a história do concelho. E, portanto, dizermos que: as coisas não acontecem ou que acontecem tardiamente. Disse, e muito bem - eu estou absolutamente de acordo - mais vale tarde do que nunca. Hoje, senhor vereador, digo isto com toda a frontalidade, isto não é nenhuma hipocrisia política, nenhuma mesmo: nós não fazemos esse tipo de gestão. Disse-lhe. E não tenha dúvidas rigorosamente nenhuma sobre isso. Nós, o respeito que as pessoas nos merecem, incluindo respeitar-nos a nós próprios, não empurramos obras. Tomáramos nós que o Parque Urbano estivesse pronto e não tivéssemos uma prorrogação de prazo. Tomáramos nós que Fórum Municipal estivesse pronto e as pessoas já lá estivessem a trabalhar com condições de dignidade, que não têm, e os munícipes também estarem a receber com as mesmas condições dignidade. Oxalá, as zonas industriais do Nordeste e de Nogueira do Cravo, que vão arrancar, já estivessem concluídas. As coisas são mesmo assim. Aquilo que nos interessa, é que: por um lado, reunimos condições para que fosse possível as requalificações. Estamos a tentar que elas aconteçam o mais rapidamente que nos for possível. Não somos alheios a determinado tipo de circunstâncias que foram absolutamente impactantes, naquilo que foi o processo de construção que estamos a fazer, nomeadamente a questão da pandemia, mas também, não desvalorizamos, porque é tremendamente importante, e muitas vezes é desvalorizada aquilo que está a acontecer com as guerras e o impacto que isso está a ter, enfim, num conjunto das coisas, nomeadamente nos preços e até na disponibilidade dos recursos. Mas, olhar para isto numa perspetiva de que nós efetivamente temos um conjunto de obras que nós consideramos que são absolutamente estruturantes, não esquecendo aquelas que nós achamos que são absolutamente determinantes para o futuro do concelho. A questão da rede viária, sem qualquer hipocrisia política, deixe-me que lhe diga o seguinte: O estado atual da rede viária é muito resultado daquilo que devia ter sido feito no passado e não foi. Porque, convirá, eu reconheço, também não me ouviu dizer que nós temos a nossa rede viária perfeita, fazemos um esforço, estamos a fazer um grande esforço para recuperar. E os elevados níveis de investimento, que historicamente tem acontecido, são enormes, são substanciais. Mas aquilo que acontece, é que muitas das vias que nós temos muito mau estado e que induzem legitimamente nas pessoas o desconforto com os danos nas viaturas etc., resultam da necessidade de fazermos as redes de água e saneamento que já deviam estar feitas há muito tempo. Há muito tempo que as redes de água e saneamento deviam ter sido feitas nosso concelho. Não transferindo, agora, para este momento, encaixes financeiros absolutamente assustadores para a sua concretização. Porque aquilo que se fazia por dez milhões, há vinte

anos, ou vinte e cinco anos atrás, agora custa setenta/oitenta milhões. E, portanto, a rede viária está efetivamente degradada. Temos, em resultado da intervenção que fizemos em várias freguesias para as dotar com água e saneamento, estradas em muito mau estado. Vamos, dentro da medida das nossas possibilidades, recuperá-las. Mas há uma coisa a que nós nunca fugiremos. É à nossa responsabilidade. E uma coisa elementar que devemos fazer, é pedir desculpa pelos transtornos que causamos. Porque, não o escondemos, sabemos bem que as estradas em mau estado. Nós próprios, como sabe, somos normais utilizadores das estradas. E percebemos bem as dificuldades e os constrangimentos que o seu mau estado de conservação coloca às pessoas. Em relação aqui a um conjunto de obras que ficaram para trás. Eu já disse o que tinha a dizer. Zonas industriais do Nordeste, portanto, elas vão ser intervencionadas. Nós acabamos, há uns meses, de investir 700.000 euros na requalificação da Via do Nordeste, na requalificação de uma série de vias. Mas, num território como de Oliveira de Azeméis, isso passa completamente ao lado, nem se nota. E foram 700.000 euros que foram gastos em dois ou três meses. Portanto, têm sido feitos muitos investimentos de milhões, todos os anos, na requalificação da rede viária. E são feitos também muitos investimentos. Senhor vereador, repare: nós temos uma estrutura que, embora seja relativamente reduzida, faz um trabalho super interessante. Nós temos alguma capacidade para fazer coisas bonitas por administração direta. E estamos a fazê-lo ao nível da requalificação do parque escolar, mas também da requalificação da rede viária. Nós temos muitas obras que são feitas - neste momento, por acaso, até nem são, porque a pavimentadora grande está avariada - mas temos muitas obras que são feitas por administração direta. E também são relevantes e são importantes. É evidente que não são obras enormes, grandes vias de comunicação, mas são requalificações que também fazem sentido e que são importantes para a vida das pessoas. Concordo em absoluto consigo, quando fala - reconheço, - que não tivemos capacidade para resolver ainda o problema da Estalagem. Reconheço. Assumo-o, sem qualquer problema. Deixe-me dizer-lhe que, ainda ontem, fui com uma pessoa olhar para a Estalagem, para ver se era possível dinamizar aquele espaço instalando ali um polo na área de hotelaria, na área do turismo. Temos tido algumas pessoas a deslocar-se ao local. Temos apresentado local a várias pessoas. Temos procurado despoletar o interesse. Mas, não temos tido sucesso, reconheço. O facto não ter aqui no orçamento nada para isso resulta, muito sinceramente, de entendermos que não o devemos fazer sem saber o que é que vamos fazer ao edifício. Como sabe, nos já recebemos os contributos dos vários partidos, sobre o que é que os partidos acham que se deve fazer naquele espaço. Ainda não está feita essa definição. Mas temos que a fazer. Portanto, nós temos que tomar uma decisão. Eu vou convidar-vos, para refletirmos e tomarmos em conjunto essa decisão. Porquê? Porque, mais uma vez, eu acho que esse que é um projeto que pode ser estruturante. Se aquilo vai ser uma resposta na área na área de hotelaria; se vai ser uma resposta na área da juventude ou na área da cultura; ou noutra área qualquer. Vai ser assumida em conjunto. Agora, sendo uma resposta na área de hotelaria, muito sinceramente, não me parece - sempre tive esta interpretação, pode se pode ser uma interpretação errada -, mas é uma interpretação pessoal - de que faça sentido requalificámos edifício para o colocar

no mercado. Os operadores turísticos têm o seu mercado bem segmentado, tem um conjunto de respostas que querem dar. E se nós fizéssemos uma reabilitação do espaço, de acordo com um projeto que nós elegêssemos ou que encomendássemos, poderíamos estar a condicionar potenciais interessados. E até, se calhar, a dificultar, ainda por cima, o processo negocial. Porque não sei que investimento que estaremos a falar. Mas são seguramente muitos milhões de euros. E procurar chegar ao mercado e dizer, olhe, temos que isto por não sei quantos milhões de euros. Obviamente, toda a gente percebe que não se pode reabilitar aquilo com catorze quartos. Portanto, teríamos que ter cerca de cinquenta quartos, porque é isso que viabiliza - pelo menos é isso que me dizem - a operação turística. Portanto, estaríamos a falar de um investimento de muitos milhões de euros que teríamos que fazer. E no atual quadro de prioridades e disponibilidade financeira é completamente inexequível, até porque não temos financiamento comunitário para apoiar. Se tivéssemos, seguramente já teríamos tomado uma decisão. Isto terá que sair do orçamento municipal. Portanto, teremos que, definindo esta prioridade, deixar de fazer outras coisas. Mas o que importa, é que se defina o futuro deste equipamento. Eu gostaria muito, sinceramente, que aparecesse, milagrosamente, ou não, alguém, para potenciar aquilo turisticamente. Era para mim um enorme gosto. Seria seguramente para todos nós. Não sendo possível, nós teremos que nos próximos meses tomar uma decisão, em relação ao equipamento. Até porque, eu fui lá precisamente com esse potencial interessado - o edifício está a ser muito vandalizado, vários vidros partidos, pessoas que dormem, seguramente, lá dentro, pessoas que enfim, fazem coisas que não deviam lá dentro. Temos que efetivamente resolver. Reconheço, neste momento ainda não temos tido a capacidade, se quiser, não tenho nenhum problema em o reconhecer, de resolver este problema, embora tenhamos feito um esforço. Mas concordo em absoluto que algo que tem que deixar de existir porque é, talvez, dos poucos apontamentos - estou a falar de substanciais, há uma outra coisita menos relevante - que ainda está por requalificar. E julgo que este deve ser também um objetivo comum e deve ser um objetivo também dos executivos vindouros. Era isto que eu tinha para vos dizer. O Senhor Vereador **José Campos** referiu que ^(gravação 02:07:15): Muito rapidamente, para não eternizarmos esta discussão, senão depois entramos aqui no campo dos argumentos, às vezes, do ponto de vista mais teórico, com mais ou menos jeito para do ponto de vista da retórica expor determinadas opiniões que eu acho que não interessam às pessoas. Queria só fazer duas ou três notas, que me parecem, essas sim, relevantes, relativamente à sua intervenção e resposta à minha intervenção. E a primeira é que, não deixa de ser extraordinário, sinceramente. Não acho que é a forma mais correta. Mas, pronto, foi por aí que o Senhor Presidente começou. Mas não me deixa de parecer extraordinária que, no último orçamento deste mandato e após cerca de oito anos praticamente em que está em funções, ainda tenha começado esta sua intervenção para justificar alguns atrasos e algumas críticas que fiz, exatamente começar por invocar o passado. Já lá vão oito anos. Eu acho que, os oliveirenses também esperam um bocadinho mais das respostas do Senhor Presidente e não sempre invocando o passado. Porque, ao invocar o passado muitas vezes nós também e o Senhor Presidente não é completamente rigoroso ou deixa, passar aqui, a entender algumas

coisas que não são verdadeiras ou que, pelo menos, não são bem assim. Quando diz, que fomos pioneiros e que nós é que implementamos o Vale Educação. O Senhor Presidente também sabe muito bem que, nos mandatos anteriores ao seu já a Câmara Municipal, ainda antes do Estado Central o fazer, a Câmara Municipal fornecia os livros aos alunos e existia o Kit Educação. No fundo, o Vale Educação veio de alguma forma substituir este Kit educação. Portanto, não pode ou não deve, na minha opinião, passar a mensagem de que não existia nada e que agora apareceu de repente aqui o Vale Educação. Relativamente às zonas industriais: O Senhor Presidente no seu discurso diz que não estão contra a requalificação das zonas industriais, mas que agora se fala é de atrasos. Mas é mesmo isso, Senhor Presidente. Eu recorde-lhe uma coisa extraordinária: foi este executivo que, em pleno COVID, em 2020, tentou, ou disse, ou informou, ou fez aprovar, ou quis que aprovasse como medidas COVID a requalificação das zonas industriais, em 2020, com medidas COVID que, obviamente, medida COVID não tinha nenhuma. Mas para nós vermos um bocadinho como o tempo vai passando e o discurso vai sendo mesmo. E eu volto a referir mais uma vez isto, só: é com muito agrado ou será com muito agrado e espero, sinceramente, que assim seja, se não for também cá estarei para lhe apontar que não o fez e se acontecer cá estarei para, de alguma forma, o parabenizar, que é: chamar a atenção novamente para as suas afirmações - Em março de 2023, em reunião de câmara, quando disse que: seguramente, a zona industrial do Nordeste e a zona industrial Nogueira do Cravo/Pindelo, estariam completamente requalificadas até ao fim deste mandato. Esperemos que assim seja. Depois, só também chamar-lhe à atenção: O Senhor Presidente diz:- eu não queria voltar a focar isto - quando fala que há outros investimentos ou que tem havido outros investimentos expressivos na nossa rede viária, que muitas vezes até passam despercebidos. Mas a verdade é uma, e os números também não enganam, no orçamento para 2025 está previsto um volume de investimento que não estava previsto nos orçamentos anteriores. E há uma coisa que nós também já percebemos: eu não sei se é por ser ano eleitoral ou não, mas que esta frente de obra tem servido para, pelo menos, os meios de comunicação da Câmara, todos os dias, publicitarem rua a rua, lá isso tem. O Senhor Presidente referiu que ^(gravação 02:11:40): Senhor Vereador, como diz e bem, aquilo que disse não acrescenta muito àquilo que é realmente importante. Aquilo que seria importante e tenho aqui a oportunidade de o fazer é de apresentar os projetos que gostaria de ver elencados aqui no orçamento e que não estão incluídos. Dou-lhe essa oportunidade agora, portanto, de apresentar aos oliveirenses os projetos que tem para o nosso concelho e que não estão aqui plasmados no orçamento municipal. Gostaria que fizesse esse exercício. Invocar o passado é na perspetiva de olhar para o passado como um exercício de aprendizagem. É isso que nós fazemos. Porque, evidentemente, aquilo que é o jogo político é nós reivindicarmos hoje aquilo que nós não estamos disponíveis para fazer no futuro. Mas também é importante que, quem teve responsabilidades no passado possa reivindicar hoje com justiça aquilo que não teve capacidade para fazer no passado. É evidente que quando os senhores reivindicam medidas de fiscalidade, aquilo que nós queremos dizer é que no passado tiveram oportunidade de implementar essas medidas de fiscalidade e nunca o fizeram. Não reduziram o IRS. Não reduziram o IMI. Não reduziram rigorosamente

nada. O que eu lhe queria dizer, é o seguinte: Nós não dissemos que não havia um kit educação. Nunca me ouviu dizer isso. Eu sei que havia um kit educação e que se fornecia um conjunto de material. Estou a falar de vale educação. Podiam ter o kit e podiam ter o vale. Podiam ter apoios efetivos e objetivos à formação desportiva, à formação cultural, à formação musical. Também se reforçou drasticamente essas verbas. Esse é um caminho que nós estamos a fazer. É um caminho que tem que ser aprofundado e é um caminho que é possível quando temos uma gestão rigorosa que liberta recursos para o fazer. Eu também percebo bem o contexto anterior, não sou alheio a esse contexto anterior e, portanto, também é bom que tínhamos essa essa disponibilidade para também reconhecer isso. Eu respeito essa questão dos atrasos. Eu gostaria que o senhor se regozijar-se com o facto de nós termos as zonas industriais finalmente a avançar, vão ser uma realidade, um investimento expressivo, um investimento substancial. A rede viária, mais uma vez, é um investimento sem fim. Portanto, dizer que nós estamos a investir em ano eleitoral é esquecer ... Olhe, se calhar 2024 já é um ano eleitoral, para si. Mas em 2024 vamos investir cerca de dois milhões de euros na rede viária. Portanto, mas, se calhar já é um ano eleitoral. Mas ainda não publicitamos a Avenida dos Combatentes. Ainda vamos fazê-lo. Como a estrada da Paróquia de Cucujães. A estrada da Paróquia de Cucujães ainda não a inauguramos, mas ela já lá está ao serviço das pessoas há muito tempo. Portanto, está a ver as preocupações eleitorais? Olhe, a travessia, junto ao Intermarché, está lá há anos e ainda não a inauguramos. Está a ver as nossas preocupações. Ou a ponte na Rua Abel Silva Ribeiro, no Pinheiro da Bemposta. As nossas preocupações são efetivamente essas. Dizer-lhe o seguinte: porque, efetivamente, conforme disse, a rede viária precisa de muita atenção. Claro que a degradação da rede viária resulta objetivamente, não pode negá-lo também - claro que há vias que não tiveram que não tiveram rede de água e saneamento e estão em mau estado, a grande maioria das vias que está em mau estado, as valas, as coisas que chateiam, os buracos que chateiam as pessoas, mais uma vez, legitimamente, resultam da execução da rede de água e saneamento. Ponto. Sobre isso não há rigorosamente nada a dizer. Gostaríamos muito que não houvesse esse tipo de necessidade. Se não estivéssemos a investir dezenas de milhões de euros na rede de água e saneamento com certeza que teríamos muitas outras obras, muitas outras realizações feitas. Mas, o caminho faz-se caminhando. E, portanto, aquilo que nós esperamos é que este orçamento encerre um ciclo de investimento que permita resolver alguns problemas estruturais que nós temos no concelho e, conforme eu disse no princípio, que abra também um novo ciclo de desenvolvimento para quem vier gerir os destinos da autarquia no futuro. O Senhor Vereador **José Campos**, referiu ainda (*gravação 02:15:45*): Só para não deixar, de facto, cometeu aí uma incorreção. E depois seguramente, se não se lembrar agora, terá oportunidade depois de ir ver até em atas de reuniões de reuniões passadas. Eu tenho a certeza, porque era membro da Assembleia Municipal. Não pode dizer ou não deveria ter dito que, no passado, não foi reduzido o IMI. Foi. Não foi reduzido para a taxa mínima como o fizeram, mas foi sendo reduzido. Mas, Senhor Presidente, eu também podia dizer que se os senhores no passado defendiam, que a taxa de IRS deixasse de ser 5%, de uma forma acérrima. E agora já não o defendem. Acho que também não acrescenta muito. Só dizer-lhe também que, com todo

o gosto, iremos enviar o nosso programa eleitoral. **Senhor Presidente:** Eu desafiei-o a fazê-lo agora. Se o tem bem presente, não será difícil elencar três ou quatro coisas. Senhor Vereador **José Campos:** Senhor Presidente, eu deixei muito claro na minha intervenção, não queria entrar por aí. Penso que deixei claro, sinceramente. E peço-lhe que depois, com algum cuidado, ouça novamente a minha intervenção. Eu referi: que no campo das prioridades nós estávamos todos de acordo. Onde não estávamos, na maioria dos casos, de acordo, era depois nas opções concretas que eram tomadas. E, de facto, grandes obras como o Parque Urbano, como constantemente ter como prioridade a Praça Maior, a Casa Sequeira Monterroso, a Garagem Justino, neste momento, ao longo dos anos que passaram e ainda hoje, não seriam prioridades quando as nossas, de alguma forma, as nossas opções, portanto, não seriam prioridades em termos de investimento público; Quando as nossas opções passariam sempre primeiro pela requalificação integral das nossas escolas básicas; Quando passariam pela requalificação das nossas zonas industriais; Quando passaria, antes de mais, pela requalificação da nossa rede viária. Portanto, essas seriam e teriam sido sempre, do ponto de vista dos investimentos públicos, as nossas prioridades antes daqueles que foram as vossas opções em termos de investimento público. Tão simples quanto isto. Mas, repito, nós, com todo o gosto, lhe faremos chegar o nosso programa eleitoral. O **Senhor Presidente** referiu que ^(gravação 02:18:10): Senhor Vereador, só duas notas também muito breves. Porque, como diz e bem, não é isto que interessa às pessoas. O que interessa às pessoas é perceber de que forma é que este orçamento ajuda a melhorar as suas vidas e ajuda a desenvolver a território. Na nossa opinião, vai ajudar imenso a melhorar a vida das pessoas, a desenvolver e a melhorar a competitividade do território. Vamos também abandonar essa questão da fiscalidade. Porque, o senhor não pode dizer: “Senhor Presidente, deixe lá passado, está sempre a invocar o passado, já teve sete anos, veja lá.” E depois, vai sempre buscar o passado, quando lhe interessa, para dizer que o Partido Socialista defendia no passado uma baixa de IRS. Como sabe, o compromisso eleitoral que foi assumido com os oliveirenses foi a redução do IMI para a taxa mínima, abdicando de uma relevante fatia de fiscalidade de impostos cobrados aos oliveirenses, que não tem sequer comparação possível com uma baixa de IRS. Não tem sequer comparação possível com a baixa de IRS, pelo menos com aquela que defende. Estamos a falar de várias vezes o valor dessa baixa de IRS. E, portanto, sobre esse ponto de vista da fiscalidade, nós estamos falados. Sobre a observação que fez: Eu aconselhava-o a ir ver o PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana), feito pelos senhores, para ver quais são os projetos estratégias que estão definidos nesse programa de reabilitação urbana. É um desafio que eu que eu lanço. Fazem duas coisas: primeiro - ver o que meteram lá nos três quinquénios. Depois fazem um outro exercício numa coluna ao lado, que é para ver o que fizeram. Esse é fácil fazer. E depois vão fazer numa outra coluna, ver o que é que está feito. E vão perceber quais são as obras estruturantes: as que concordam e as que não concordam. Se me diz assim: Mas eu não queria o mercado naquele sítio, queria acolá. Isso é outra questão. Não estamos a discutir localizações. Estamos a discutir obras. E, portanto, se os senhores reconheciam que elas eram estratégicas, que eram importantes, não podem deixar agora de reconhecer que elas são estratégicas e importantes.

O senhor quando disse que discorda da maioria das opções que estão incluídas no orçamento. É evidente que, se fizer aqui um parêntese e disser: Eu estou a falar da Praça Maior. Ou estou a falar do Parque Urbano. Ou estou a falar da Garagem Justino, da Oficina de Artes, se quiser. Tudo bem. Já falamos vezes sem conta sobre isso. Mas o que eu estou a falar são obras que são absolutamente estruturantes, já falamos sobre elas, não as vou repetir outra vez, e sobre esse ponto de vista tem que haver claramente um alinhamento. Porque, nós não pegamos naquele PARU e deitamos ao lixo. Se o senhor for ver, desafio-o mesmo a ver, estamos a procurar cumprir escrupulosamente aquilo que foi definido. Escrupulosamente. Claro que, há ali coisas que deixaram de fazer sentido. Pronto, foram ultrapassadas por um conjunto de circunstâncias, também não é relevante. Mas tivemos a preocupação de honrar aquele trabalho que foi feito. Porque nos pareceu que fazia sentido honrar aquele trabalho. Portanto, tudo aquilo que lá está plasmado e que foi definido como sendo absolutamente estratégico para o desenvolvimento, por um lado, da cidade. E, senhor vereador, defendia-se já nessa altura investimentos fortíssimos na cidade, se for ver o documento, o documento concentra os investimentos todos na cidade porque para a reabilitação urbana da cidade e não das freguesias. E, portanto, não tem nenhum tipo de estudo, de trabalho, de leitura feito também para as freguesias, que é importante. Mas dizer que, nós estamos a ter uma preocupação em utilizar aquele documento como um guião para a requalificação de área central da cidade. É evidente que, quando se diz que se requalifica a Casa Sequeira Monterroso, a Casa Sequeira Monterroso podia ser requalificada para outra coisa qualquer, podia não ser para o Fórum Municipal. Portanto, não é isso está em causa. Mas a requalificação da Casa Sequeira Monterroso estava prevista. Mas também não dizia lá que aquilo que era para fazer outra coisa qualquer. Nós entendemos que era uma boa medida requalificar a Casa aproveitando os recursos financeiros que nos disponibilizaram, não foram muitos mas foram alguns, para meter ali um Fórum Municipal criando centralidade naquela zona, continuando a manter a necessidade de as pessoas colocarem a zona histórica etc. Portanto, sobre esse ponto de vista, sob o ponto de vista das opções, nós vamos ter sempre divergências. Agora, a observação que eu fiz, foi por dizer que discordava da maioria das opções que estão plasmadas no orçamento. Bem, isso aí não posso concordar com isso. E disse-lhe isso for muito clara. E acho que não era isso queria dizer. Portanto, concorda com a maioria das opções que estão no orçamento. Discorda de algumas obras que são para nós estruturante, estratégicas para afirmação de centralidades na cidade. Aliás, elas constam do programa eleitoral de um e não constam do programa eleitoral do outro. Por isso as opções são necessariamente diferentes. Mas aquilo que eu gostaria de deixar como palavra final, que é isso que realmente eu gosto de vincar e acho que faz sentido, nós, enquanto executivo camarário, transmitimos aos oliveirenses: é que estamos a falar de investimentos muito substanciais. Oxalá, sobre isso também não tenho dúvidas nenhuma que é um objetivo comum, tenhamos capacidade para melhorar os nossos níveis de execução, porque esse é que é o grande problema. O grande desafio que nós temos para o futuro é: a pior coisa que pode acontecer é nós termos recursos financeiros disponíveis e não termos capacidade para executar esses recursos financeiros criando respostas que as

peessoas precisam. Esse é o grande desafio para o futuro. É o desafio deste executivo. É o desafio do executivo vindouro. É procurar, claro, cada um cumprindo aquilo que é o seu programa eleitoral, procurar criar condições para que se possa ter níveis de investimento que permitam o desenvolvimento do território e a promoção da qualidade de vida da população. Esse é o grande objetivo comum. Essa é a grande charneira. E, mais uma vez, repito: que é importante que tenhamos alinhamento estratégico em relação a isso, porque cada vez mais as ameaças são muitas, e gostaria que partidos que têm grande responsabilidade na definição do nosso futuro coletivo tenham alinhamento estratégico em relação a estas coisas. E julgo que o temos. Em relação a coisas mais pontuais, necessariamente, isso não é relevante nem importante, acontece no país também. Mas em relação àquilo que são coisas estratégicas para o nosso futuro coletivo, acho que temos de ter uma preocupação de conversar e de alinhar essas estratégias. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por maioria, com três votos contra dos Senhores/as Vereadores/as do PSD, cinco votos a favor dos Senhores/as Vereadores/as do PS e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta apresentada. =====

===== **NORMAS E PROPOSTAS QUE CONSTAM DO RELATÓRIO ORÇAMENTAL, NOMEADAMENTE AS PROPOSTAS DO PONTO VII - 1.A), 1.B) E 2; APRECIACÃO / APROVAÇÃO:** Presente os documentos referidos em epígrafe, os quais ficarão arquivados em formato digital.” A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E TABELA DE TAXAS RELACIONADAS COM A ATIVIDADE URBANÍSTICA E OPERAÇÕES CONEXAS (I/71616/2024) - APROVAÇÃO** (gravação 02:25:20): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que conforme, o n.º 1 do art.º 9º da Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro, Regime Geral de Taxas das Autarquias Locais (RGTA), os orçamentos anuais das autarquias locais podem atualizar o valor das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respetivos, de acordo com a taxa de inflação; - Que, de acordo com o art.º 8º do Regulamento e da Tabela de Taxas, Licenças e outras Receitas Municipais e, art.º 59º do Regulamento Municipal de Taxas relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas, as taxas e outras receitas municipais, previstas nas respetivas tabelas, serão atualizadas ordinária e anualmente, por deliberação da Câmara Municipal, em função dos índices de inflação continental publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), acumulados durante 12 meses contados de novembro a outubro inclusive; - A taxa de inflação, valor de 3,76%, publicada pelo INE, acumulado de 12 meses de novembro/2023 a outubro/2024; Propõe-se: - A atualização ordinária das tabelas de taxas (em anexo), nos termos e para os efeitos do n.º 1 do art.º 9º, da Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro, n.º 1 do art.º 8º do Regulamento e da Tabela de Taxas, Licenças e outras Receitas Municipais e, n.º 1 do art.º 59º do Regulamento

*Municipal de Taxas relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas, com base na taxa de inflação 3,76%, conforme consta dos considerandos. Anexo I - Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Regulamento e da Tabela de Taxas, Licenças e outras Receitas Municipais, com valores para 2025; Anexo II - Tabela de Taxas do Regulamento Municipal de Taxas relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas, com valores para 2025.” O Senhor Vereador **José Campos** referiu que ^(gravação 02:25:50): É a atualização, de acordo com a taxa de inflação do último ano. E nós, também à semelhança dos anos anteriores, vamos votar contra este aumento, ou melhor, esta atualização. Porque, de facto, sendo uma possibilidade que a lei dá ao executivo de o fazer, portanto, atualizar as taxas de acordo com a taxa de inflação, não é uma obrigatoriedade. E, na realidade, já o ano passado eu o referi, no ano passado (aprovamos em 2023 para 2024) o aumento era superior a 8%. Este ano estamos a falar de mais um aumento de 3.76%. Se olharmos aos três últimos anos, nós temos um aumento total de 15%. Eu acho que, havendo a possibilidade de a Câmara Municipal não aumentar e, não o tendo feito, portanto, tendo optado por aumentar sempre nos últimos anos, tendo em conta que a inflação foi de facto muito elevada, sobretudo em 2024, acho que deveria ter sido dado aqui um outro sinal, alguma sensibilidade financeira que o município não está a dar às nossas famílias e às nossas empresas. Portanto, nós vamos votar contra. O **Senhor Presidente** respondeu que ^(gravação 02:27:25): Vamos ser claros, em relação a isto. Nós temos um Regulamento que determina estas taxas. E depois temos as atualizações que fazemos. O Regulamento está num processo de revisão. Esperemos transformar completamente este documento adequando-o à realidade. Há um conjunto de taxas que não fazem sentido. Há um conjunto de taxas que são sobrepostas. Há um conjunto de coisas que importa definir. Os aumentos que nós fazemos da taxa de inflação visa assegurar cobertura de custos que a autarquia tem com a prestação do serviço. A inflação é precisamente isso. Se nós não fizermos essa atualização, o que acontece é que cada vez mais temos serviços deficitários. E a acumulação de deficit, leva naturalmente a dívida municipal. E, portanto, nós para termos serviços públicos de qualidade temos que, pelo menos, conseguir fazer esta atualizações que acompanham a massa salarial, acompanham os custos da energia, acompanham os custos da prestação de serviços, sob pena de nós, depois fazermos aquilo que acontece muitas vezes, não tendo recursos para assegura recursos públicos de qualidade deixamos degradá-los e deixamos que as instalações, que tudo, fique com um aspeto absolutamente lamentável. Julgo que não é isso que se pretende, nem é isso que é desejável. Também dar nota: as taxas relacionadas, por exemplo, com a atividade urbanística e operações conexas - pelo menos daquilo que nos é dado a perceber - pelo crescimento que tem tido, não se tem sentido que o aumento das taxas (3%, ou 8%, ou o acumulado, dos últimos anos, de 15%) tenha impedido o ritmo de investimento. O ritmo de investimento está a aumentar drasticamente. Temos cada vez mais investidores a procurar o nosso território, a implementar investimentos no nosso território. Portanto, não parece que seja isto que inibe. Agora, o que efetivamente tem que ser feito: É isso que se está a fazer. Aliás, gostaríamos que já estivesse pronto. É um trabalho que já foi pedido há muito tempo. - Era que nós tivéssemos um Regulamento ajustado. Se calhar*

aqui o problema, não é tanto o aumento, é mais o Regulamento que tem que ser revisto. E algumas destas taxas têm que ser revistas. Portanto, gostaríamos muito que durante o ano de 2025 este Regulamento estivesse concluído, para que depois nós pudéssemos, aí sim, perceber se aquilo que nós estamos a cobrar, é ou não justo, corresponde ou não corresponde efetivamente e rigorosamente ao serviço que é prestado, ou se temos aqui discrepâncias que com as alterações conseguimos sanar e resolver. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por maioria, com três votos contra dos Senhores/as Vereadores/as do PSD, cinco votos a favor dos Senhores/as Vereadores/as do PS e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO, PARA O PASSEIO SÉNIOR REALIZADO EM 2024, ÀS JUNTAS DE FREGUESIA, DE CUCUJÃES, CARREGOSA, S. ROQUE, OSSELA E UNIÃO DE FREGUESIAS, DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, SANTIAGO RIBA-UL, UL MACINHATA SEIXA E MADAIL E PINHEIRO, TRAVANCA E PALMAZ (I/71736/2024) - APROVAÇÃO** (gravação 02:30:15):

Pela Senhora Vereadora Inês Lamego, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que as anteriores deliberações do órgão executivo e os critérios já definidos no âmbito da concessão de apoio financeiro às Juntas de Freguesia para a realização do Passeio Sénior; - Que compete à Assembleia Municipal “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações” e “apoiar atividades de natureza social, cultural, ou outra de interesse para o município” - al. j) do art.º 25º conjugado com al. u) do nº 1 art.º 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; - Que os documentos remetidos pelas Juntas de Freguesia, conforme informação interna I/71634/2024, estão na Gestão Documental, satisfazendo os critérios estabelecidos para esta instrução e validação desta atribuição, nomeadamente a utilização por parte das Juntas/União de Freguesia do relatório de acordo com novo modelo apresentado a 14/06/2019; - Que os valores das despesas apresentados, são superiores ao mínimo estabelecido, pelo que o valor atribuir é conforme o da proposta de deliberação de 14/09/2010, sendo 10€ por cada idoso/sénior participante com 65 anos ou mais sendo a idade de referência a 31/12/2024; - Que a Junta de Freguesia de Ossela, não apresentou no ano passado os documentos respeitantes ao Passeio sénior de 2023, remetendo a informação conjuntamente com a deste ano, lamentando o esquecimento e solicitando que o apoio seja atribuído conjuntamente com o ano de 2024; Proponho, Que seja concedido um apoio financeiro para o Passeio Sénior realizado em 2024, às Juntas de Freguesia, de Cucujães, Carregosa, S. Roque, Ossela e União de Freguesias, de Oliveira de Azeméis, Santiago Riba-Ul, Ul Macinhata Seixa e Madail e Pinheiro, Travanca e Palmaz, conforme quadro em anexo, no valor total de 20.730€ (vinte mil setecentos e trinta euros); Que seja atendido a título excepcional o pedido de apoio da Junta de Freguesia de Ossela, relativo ao passeio realizado no ano passado e que seja concedido o valor de 740,00€ (setecentos e quarenta euros), referente ao ano de 2023; Que o pagamento dos valores mencionados para cada Freguesia seja disponibilizado durante o mês de dezembro do ano em

curso. Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citados. Os encargos resultantes da presente deliberação serão satisfeitos nas correspondentes classificações orgânica e económica, correspondendo aos compromissos de fundo disponível mencionados no quadro anexo, conforme Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto Lei n.º 127/2012 de 21 de junho.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta apresentada. =====

= **NÚCLEO DE COMPETÊNCIAS DE AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA** =

===== **DECLARAÇÃO DE ABANDONO DOS VEÍCULOS COM AS MATRÍCULAS 75-79-IH E 84-98-QE NÃO RECLAMADOS QUE SE ENCONTRAVAM EM SITUAÇÃO DE ESTACIONAMENTO INDEVIDO/ABUSIVO NA VIA PÚBLICA (I/70943/2024) -**

APROVAÇÃO *(gravação 02:31:05)*: Pelo Senhor Vereador Rogério Ribeiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 2/98, de 3 de janeiro, 265-A/2001, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 20/2002, de 21 de agosto, e pelo Decreto-lei n.º 44/2005, de 24 de março, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis procedeu à remoção dos veículos com as matrículas 75-79-IH e 84-98-QE da Rua Conselheiro Araújo Silva, na freguesia de Santiago de Riba-Ul, e do Largo da Estação de Comboios, sita na Rua Bombeiros Voluntários, da cidade de Oliveira de Azeméis, respetivamente, por encontrarem-se em estacionamento indevido/abusivo, nos termos definidos no Artigo 163.º, considerando que compete à Câmara Municipal deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos (Artigo 33.º, n.º1 alínea rr) da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua atual redação). Neste seguimento, após notificação aos atuais proprietários inscritos dos veículos em questão, e decorrido o prazo de reclamação, de 45 dias úteis, presume-me o abandono destes veículos, nos termos do n.º 4 do Artigo 165.º do Código da Estrada, que se transcreve: “Se o veículo não for reclamado dentro do prazo previsto nos números anteriores é considerado abandonado e adquirido por ocupação pelo Estado ou pelas autarquias locais.”. De acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 52/2021, de 10 de agosto “sempre que se verificarem situações de abandono de veículos, nos termos de artigo 165.º do Código da Estrada, as autoridades municipais ou policiais competentes procedem ao respetivo encaminhamento para um centro de receção ou um operador de desmantelamento, sendo os custos decorrentes desta operação da responsabilidade do proprietário do veículo abandonado”. Desta forma, compete à Câmara Municipal, no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente, alienar os bens móveis que se tornem dispensáveis, nos termos do Artigo 33.º, n.º 1 alínea cc) da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua atual redação, sendo que, os veículos a alinear devem ser considerados como Veículos em Fim de Vida (VFV), sendo que constituem um resíduo, na aceção do disposto na alínea aa) do n.º 1 do Artigo 3.º Decreto-Lei n.º 102-

D/2020, de 10 de dezembro, aprovado no anexo I, na atual redação conferida pela Lei n.º 52/2021, de 10/08, conjugado com a alínea qq) do n.º 1 do Artigo 3.º do Decreto-lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, republicado no Anexo V do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro. Face ao exposto, propõe-se que os veículos com as matrículas 75-79-IH e 84-98-QE sejam considerados abandonados e alienados dos bens classificados como dispensáveis, por se tratarem de VFV's, devendo a venda ser efetuada por hasta pública, através do contrato de alienação de veículos em fim de vida celebrado com a empresa I10P." Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVAS À EMISSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇAS ESPECIAIS DE RÚIDO (I/69599/2024) - RATIFICAÇÃO** *(gravação 02:31:40)*: Pelo Senhor Vereador Rogério Ribeiro, foi apresentada a seguinte proposta: "Considerando que: Associações Culturais e Juntas/Uniãos de Freguesia promoveram atividades ruidosas temporárias, tendo sido solicitado a isenção do pagamento das taxas de emissão de alvarás de licença especiais de ruído; As referidas entidades e as atividades ruidosas temporárias enquadram-se no escopo, regime e critérios de isenção total, previstos e fixados pela Assembleia Municipal no âmbito da aprovação do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis, nos termos e abrigo das alíneas a) e b), do n.º 3, do artigo 6.º, do referido regulamento; Os valores das taxas a isentar para a emissão dos alvarás solicitados são os constantes na tabela 2; Ao isentarem-se as referidas taxas o Município de Oliveira de Azeméis estará a apoiar, promover e a incentivar a prática de festividades tradicionais e culturais, justificando-se assim o interesse público municipal e até como forma de incentivo ao desenvolvimento de atividades culturais, desportivas, religiosas, entre outras nos termos e para os efeitos do art.º 23.º n.º 2 alíneas e) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; Nos termos do n.º 9, do Art.º 16,º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual, o reconhecimento do direito à isenção é da competência da Câmara Municipal, no estrito cumprimento dos pressupostos fixados na deliberação da Assembleia Municipal, no caso via critérios estabelecidos no regulamento citado; Nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1, do Artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio à realização de eventos com interesse para o município e apoiar atividades de natureza social, cultural, educacional, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município; Assim e ainda nos termos do n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações e dadas as circunstâncias excecionais e por motivo de urgência não ter sido possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, e no uso excecional das competências atribuídas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, e com base nos fundamentos e verificadas as condições mencionadas, foi reconhecido o direito à isenção do pagamento das taxas para atividades ruidosas temporárias referidas na tabela 2, também apresentada no documento anexo à presente proposta, devendo este ato ser submetido a

ratificação na reunião de Câmara Municipal. Mais se efetue a devida publicação, nos termos e para os efeitos do n.º 1, do Art.º 79º da Lei nº 73/2013.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL-RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA MINEIRA DO PINTOR (I71807/2024) - APROVAÇÃO** (gravação

02:32:10): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A Mina do Pintor foi abandonada, em 1995, , sem quaisquer medidas de remediação e reabilitação ambiental e paisagística; - Tal situação fez com que o Município inscrevesse as minas do pintor como passivo ambiental, atendendo aos impactos nos solos, e nas linhas de água, uma vez que desde a suspensão dos trabalhos de lavra, as águas de drenagem provenientes das antigas galerias continuam a escoar para a Ribeira do Pintor, e solos sem qualquer tratamento; - Os locais contaminados classificados como passivos ambientais industriais, que comportem riscos para a saúde pública, para o ambiente e/ou para a segurança de pessoas e bens, foram passíveis de elegibilidade em diversos programas de financiamento para a sua recuperação / remediação; - As Minas do Pintor constam do “Documento Enquadrador Recuperação de Passivos Ambientais para orientação sobre os investimentos prioritários” (2008), elaborado pelo Grupo de Trabalho de Passivos Ambientais criado pelo Despacho n.º 28176/2007, de 14 de dezembro; - A EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. é uma empresa de capitais públicos que tem a responsabilidade pela condução de projetos de recuperação ambiental de zonas degradadas por antigas explorações mineiras abandonadas, atribuída em regime exclusivo, através do contrato de concessão atribuído pelo Estado Português, nos termos do Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 60/2005, de 9 de Março, e renovado por um novo período de sete anos através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 81/2015, de 10 de Setembro; - A EDM pretende proceder à “Recuperação ambiental da área mineira do Pintor”, situada no Concelho de Oliveira de Azeméis, necessitando para o efeito de assegurar o co-financiamento comunitário indispensável para a realização de um investimento significativo na recuperação deste passivo ambiental histórico existente; - A EDM encontra-se a elaborar a candidatura e a reunir os documentos exigidos, e vem por este meio solicitar ao Município de Oliveira de Azeméis a emissão de uma Declaração de Interesse Municipal. - A informação técnica I/71793/2024; Face ao anteriormente exposto, aos benefícios ambientais, ecológicos, paisagísticos, sociais inerentes à remediação ambiental da mina do Pintor, situação reconhecida a nível nacional e pelas entidades competentes, proponho à Câmara Municipal com posterior remissão à Assembleia Municipal, a emissão da Declaração de Interesse Municipal.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta apresentada. =====

===== **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO** =====

===== **PROGRAMA OAZ EMPREENDE +: APROVAÇÃO DE CANDIDATURAS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL Nº 442/2021 E APROVAÇÃO DAS RESPETIVAS MINUTAS DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO (I/71271/2024) - APROVAÇÃO** (gravação 02:34:00): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A estratégia municipal de promoção e estímulo ao investimento económico capaz de manter e gerar riqueza no concelho de Oliveira de Azeméis; - As candidaturas apresentadas no âmbito do Regulamento de Incentivos ao Empreendedorismo Jovem e à Criação do Próprio Emprego/Ideia de Negócio no Município de Oliveira de Azeméis - **Azeméis Empreende +**, PI/5914/2024 e PI/6298/2024, respetivamente (processos relacionados); - A informação prestada pelo Júri de Avaliação das Candidaturas nomeado para o efeito, respetivamente I/70665/2024 e I/70666/2024 - documentos anexos à proposta de deliberação. Proponho: - A aprovação da concessão do apoio financeiro nos termos e condições sugeridos pelo Júri de Avaliação das Candidaturas aos projetos em apreço. - A aprovação das minutas do contrato de atribuição de apoios financeiros no âmbito do **Programa Azeméis Empreende +** anexas à presente proposta de deliberação.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **JUNTAS DE FREGUESIA / UNIÃO DE FREGUESIAS** =====

===== **MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE CARREGOSA - APOIO FINANCEIRO PARA COLOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NO PARQUE VERDE - CARREGOSA VIVA (I/71864/2024) - APROVAÇÃO** (gravação 02:34:50): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da Freguesia de Carregosa, em que solicita apoio financeiro para colocação de iluminação no Parque verde - Carregosa Viva (E/30755/2024); - Este parque de lazer é uma resposta que a CMOA gostaria de ver implementada em todas as freguesias do nosso concelho, porque são respostas absolutamente essenciais para a prática de hábitos de vida saudáveis, para o contato com a natureza e sobretudo para a criação de espaços de relação entre a comunidade. - Que por despacho de 04 de novembro de 2024, do Sr. Presidente da Câmara: ” A obra do Parque Verde de Carregosa previa um conjunto de respostas que não foram consideradas por limitações do montante máximo de financiamento na candidatura Adritem. A CMOA comprometeu-se para todas as candidaturas Adritem a suportar a parte não candidatada das obras e não elegível.

Face ao exposto e sendo fundamental, por questões de segurança, que o parque disponha de iluminação pública, na zona dos trilhos e futuramente no interior do arvoredo do parque, vamos apoiar com o montante total da obra.”; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabelece formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual; - A designação do Arq. Rui Carinha como Gestor do Contrato; Ao abrigo dos artigos 2 e 4, n.º 1, e alíneas a), e), e m) do n.º 2 do art.º 23º ; alínea j), do n.º 1, do art.º 25º e alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I, da citada Lei n.º 75/2013, e posteriores alterações, conjugado com os Art.ºs 1º-A, n.º 1, alínea c) do n.º 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do n.º 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA; Proponho: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Carregosa, Apoio Financeiro - para obras no Parque verde - Carregosa Viva, mais concretamente, na colocação de iluminação, com o compromisso de fundo disponível número 1971/2024, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta apresentada. =====

===== MINUTA DE CONTRATO DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE FAJÕES - REALIZAÇÃO DE OBRAS DE MELHORAMENTO E CAPACITAÇÃO DA ESCOLA DE CASALMARINHO E DO JI DO AREAL (I/71890/2024) - APROVAÇÃO *(gravação 02:35:40): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, com as subseqüentes alterações, prevê a*

concretização da delegação de competência dos órgãos do Município nos órgãos das Freguesias, através da celebração de contratos interadministrativos, nos termos do disposto no artigo 120.º do Anexo I do referido diploma legal, sob pena de nulidade, podendo efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais; - Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação face aos novos desafios e exigência com que são confrontadas, promovendo desta forma, a desconcentração administrativa consagrada no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa; - Tais contratos devem definir os termos que, em concreto, permitem o efetivo exercício das competências delegadas pelo município nas freguesias e constitui dever do Município, assegurar o controlo, acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, avaliando, de forma continuada, o modo como as competências delegadas são exercidas pelas Juntas de Freguesia, fiscalizando, emitindo diretivas e orientações ou, ainda, através do envio, por parte desta, de informação escrita descritiva e quantitativa, em tempo útil ao município; - As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos, nos termos do número 2 do artigo 117.º e do artigo 131.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013; - A concretização da delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, de modo a promover a coesão territorial, o reforço da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; - A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos; - Para uma atuação autárquica conjunta, em que estejam presentes o respeito pela autonomia, a cooperação, a solidariedade e a corresponsabilidade, é fundamental qua os diferentes órgãos autárquicos se esforcem por rentabilizar os meios disponíveis no sentido de melhor responderem aos problemas existentes, tendo os eleitos das freguesias, dada a sua proximidade às populações e a sua ligação às comunidades, uma capacidade acrescida para a resolução de alguns problemas e necessidades locais; - A Freguesia de Fajões enquanto entidade autárquica mais próxima das populações, manifestou junto do Município a necessidade de se proceder, com carácter prioritário, a intervenções nos espaços escolares conferindo melhores condições para os alunos, conforme ofício E/30097/2024; - Que a Freguesia de Fajões, dada a sua proximidade aos problemas locais, sendo agente com capacidade acrescida para identificar as necessidades da população, resultando daí ganhos de eficiência. - O estudo de demonstração Informação I/70085/2024 (em anexo), dos requisitos previstos no artº 115º, nº 3, por remissão do artº 122º, nº 1, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, - Que a Freguesia está disponível e reúne as condições para executar tais intervenções em conjugação de esforços e de cooperação com a Câmara Municipal; - Trata-se de contratação excluída, ao abrigo do artigos 5º, nº 1 e 2, e 5.º-B, do Código da Contratação

Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e sucessivas alterações; - A designação do Arq. Rui Carinha, como Gestor do Contrato; Assim, Ao abrigo das citadas disposições, e ao abrigo dos artigos 2 e 4, n.º 1, e alíneas a), e), e m) do n.º 2 do art.º 23º ; alínea j), do n.º 1, do art.º 25º e alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do anexo I, da citada Lei n.º 75/2013, e posteriores alterações, conjugado com os Art.ºs 1º-A, n.º 1, alínea c) do n.º 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do n.º 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA. Proponho: - A aprovação da minuta do Contrato Delegação de Competências a celebrar com a Freguesia de Fajões - Realização de Obras de melhoramento e capacitação da Escola de Casalmarinho e do JI do Areal, com o compromisso de fundo disponível número 1970/2024, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta apresentada. =====

===== **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES** =====

===== **PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DEVIDAS PELA UTILIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MUNICIPAIS (I/70831/2024) - APROVAÇÃO** *(gravação 02:36:25)*: Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A deliberação da Assembleia Municipal, na sua Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2017; - Que os transportes constantes da listagem anexa integram os fundamentos que determinam as isenções atribuídas na sua deliberação e estão dentro do número limite global de transportes a conceder; - Nos termos do art. 11º do Regulamento Municipal de Cedência de Viaturas Municipais podem ser isentos de pagamento de taxas de utilização os pedidos de cedência e/ou utilização para apoio a eventos de importância promocional, de representação e de divulgação do município; - De acordo com a deliberação supra identificada os transportes das entidades constantes na listagem em anexo, configuram interesse público Municipal para efeitos de isenção; - O pedido de isenção das coletividades relativamente aos transportes realizados/a realizar; Propõe-se que: - Seja avaliado o interesse público Municipal das atividades realizadas pelas entidades desportivas e recreativas constantes da listagem anexa, nomeadamente pelo papel que desempenham na promoção, representação e divulgação do município; - A Câmara Municipal reconheça a isenção das taxas devidas; - Após assumido o transporte, o município possa recorrer ao aluguer para realização do mesmo, por indisponibilidade dos motoristas ou avaria das viaturas municipais.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **PROTOCOLO PROJETO PILOTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE PARTILHA DE BICICLETAS E TROTINETAS ELÉTRICAS (I/71618/2024) - APROVAÇÃO** *(gravação 02:36:50)*: Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a

seguinte proposta: “Considerando: 1. O investimento na mobilidade suave no concelho de Oliveira de Azeméis, no âmbito do projeto mob.te+, entre outras, que visam encorajar e promover o uso de meios de transporte ecológicos; 2. As diretrizes e sugestões estratégicas constantes no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Oliveira de Azeméis; 3. Que interesse municipal na exploração de sistemas de partilha de bicicletas e trotinetes elétricas tem caráter inovador, importando por isso regular as condições de atuação dos operadores 4. O interesse demonstrado pela Fastbird Rides Portugal, Unipessoal Lda, operador de sistemas de mobilidade suave e micromobilidade, compreendendo bicicletas e trotinetes elétricas, de uso partilhado, em operar no concelho de Oliveira de Azeméis 5. O parecer jurídico favorável, considerando que: a. Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias (art. 23.º n.º 1 da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); b. Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos domínios dos transportes e comunicações, da saúde e do ambiente e saneamento básico (art. 23.º n.º 2 alíneas c) g) e K) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); c. Compete à câmara municipal, administrar o domínio público municipal e deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos (art. 33.º alíneas qq) e rr da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações)); d. O setor dos transportes é determinante e incontornável no caminho em direção ao equilíbrio ecológico e à redução de emissões de gases com efeito de estufa e os Municípios devem, progressivamente, implementar, no âmbito dos seus territórios, planos de mobilidade urbana sustentável, que integrem serviços de mobilidade sustentável; e. Que a proposta apresentada pela BIRD, respeita as políticas de mobilidade urbana sustentável e pretende, enquanto projeto piloto, desenhar um retrato aproximado do comportamento e aceitação dos munícipes de Oliveira de Azeméis a novas formas de mobilidade, permitindo, posteriormente, definir um plano de ação para o concelho, ao nível das políticas de transportes sustentáveis; Propõe-se que: Seja aprovada a presente minuta de Protocolo de Colaboração.” A Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** referiu que *(gravação 02:38:00)*: Só deixar aqui algumas preocupações que com certeza a Câmara Municipal terá que ter. Claro que é importante. Estas bicicletas e as trotinetes elétricas podem ser uma excelente solução de mobilidade suave e ambientalmente sustentável, mas sabemos também que podem ser uma praga nas cidades. Sabemos que: Paris, no ano passado, banuiu as trotinetes elétricas; Madrid, anunciou, agora em setembro, que vai banir as trotinetes elétricas; Melbourne, na Austrália, fez exatamente a mesma coisa. Claro que Oliveira de Azeméis não se compara a nenhuma destas capitais europeias (Paris e Madrid). Mas isto significa que esta solução de mobilidade pode trazer muitos problemas, sobretudo se a sua utilização não for responsável. E sabemos bem que: tem a ver com o seu abandono em locais impróprios; pode prejudicar e muito a circulação das pessoas, sobretudo pessoas com mobilidade reduzida, mas a circulação de todas as pessoas, e pode ser também um grande constrangimento à segurança da circulação rodoviária. Portanto, este projeto, nós vamos votar a favor. Mas deixamos aqui este alerta, que sendo um projeto-piloto, a Câmara tem que estar muito atenta ao cumprimento de todos estes deveres que constam do protocolo.

Porque, caso contrário, se os prejuízos forem maiores do que os benefícios, não teremos dúvidas em que teremos que tomar uma decisão diferente. Portanto, vamos, precisamente por isso que é um projeto-piloto, experimentar e ver. Mas, deixava aqui esta nossa preocupação que, de facto, não podemos prejudicar a segurança dos peões e dos automobilistas. O **Senhor Presidente** referiu que ^(gravação: 02:39:55): Senhora Vereadora, partilho de todas as preocupações e concordo com todas elas, sem exceção, portanto, estamos inteiramente de acordo. Não concordo com aquilo que a câmara de Melbourne ou de Paris fizeram porque, objetivamente, se tomaram uma decisão de permitir, depois o que têm que fazer é regular o uso e, portanto, disciplinar o uso. Assim como, discordo que se proíba o uso dos telemóveis nas escolas. Nós temos é que criar regras que permitam que todas estas soluções, que todos reconhecemos que são importantes. E de certeza que em Melbourne e em Paris também reconheceram porque foram dos primeiros municípios a avançar. Aquilo que têm de criar é regras para a sua utilização. E, portanto, a anarquia que se instalou em muitas dessas cidades, onde tudo era permitido, tem muito a ver, se calhar, também com o aspeto embrionária de muitas dessas soluções. Entretanto, estes processos, foram afinados, funcionam muito bem em algumas cidades do país, funcionam menos bem noutros locais. Como disse e bem, isto é um projeto-piloto. Se resultar, nós vamos incrementar; Se não resultar, nós vamos banir. É tão simples quanto isso. Nós não queremos é que isto constitua um problema. Queremos que isto constitua uma solução, uma solução de mobilidade que pode ser, na minha opinião, muito interessante para um público mais jovem e, se calhar, para um público menos jovem, pelo menos que tenham alguma destreza, mas não tenho dúvidas que é uma resposta de mobilidade para os estabelecimentos de ensino superior, para os estabelecimentos de ensino secundário, não tenho dúvidas que vai ter adesão. Mas, concordo em absoluto que, devemos fazê-lo, com rigor absoluto, com controlo sobre a operação. E é isso que está aqui no documento. Mas, isto é só um documento. Depois, na prática temos que assegurar que as coisas funcionam conforme estão aqui na minuta e, portanto, evitar que isto em vez de ser uma solução se transforme num problema sério para todos. O Senhor Vereador **Hélder Simões**, referiu que ^(gravação 02:41:40): Não vão passar a mensagem que está a ser banido nas outras cidades. Nas outras cidades está a ser banido o contingente anormal de licenças que tinham sido atribuídas e está a ser regulado. Não está a ser atribuído na perspetiva de utilização turística. Está a ser mantida a utilização de micromobilidade nas cidades. Madrid não renovou as licenças, mas elas continuam a circular. Isto é um projeto-piloto e, portanto, cá estaremos para monitorizar e não permitir que problemas do passado subsistam. Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA: “REABILITAÇÃO DA CASA SEQUEIRA MONTERROSO - FÓRUM MUNICIPAL” PROCESSO Nº 006/2020/DEC - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO**

DE PRAZO (I/71801/2024) - APROVAÇÃO (gravação 02:42:20): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/65208/2024, proponho a aprovação do pedido de prorrogação de prazo da Empreitada “Reabilitação da Casa Sequeira Monterroso - Fórum Municipal” Processo N.º 006/2020/DEC.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA: “REABILITAÇÃO DA CASA SEQUEIRA MONTERROSO - FÓRUM MUNICIPAL” PROCESSO N.º 006/2020/DEC - AUTO DE MEDIÇÃO N.º 41 (I/71131/2024) - APROVAÇÃO** (gravação 02:42:45): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/69487/2024, proponho a aprovação do Auto de Medição n.º 41, relativo a trabalhos contratuais, com o valor de €39.859,67 acrescido de IVA, da Empreitada “Reabilitação da Casa Sequeira Monterroso - Fórum Municipal”. Processo n.º 006/2020/DEC. Tem compromisso de fundo disponível (CFD) n.º 1833/2021.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA: “REABILITAÇÃO DA CASA SEQUEIRA MONTERROSO - FÓRUM MUNICIPAL” PROCESSO N.º 006/2020/DEC - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES N.º 4 (I/71815/2024) - APROVAÇÃO** (gravação 02:43:05): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/71777/2024, proponho a aprovação os Trabalhos Complementares N.º 4, com o valor de €36.330,79 acrescido de IVA, da Empreitada “Reabilitação da Casa Sequeira Monterroso - Fórum Municipal”. Processo n.º 006/2020/DEC.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADA: “PARQUE URBANO E CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS” - PROCESSO N.º 020/2022/DEC - 1.º PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA E CONSEQUENTE MODIFICAÇÃO OBJETIVA AO CONTRATO (I/70819/2024) - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO** (gravação 02:43:50): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a ratificação do meu despacho do 1.º Pedido de prorrogação do prazo de execução da obra e consequente modificação objetiva ao contrato (I/68790/2024 de 30/10/2024) em anexo, da Empreitada em assunto, aprovado, nos termos e em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” A Senhora Vereadora

Carla Rodrigues interveio da seguinte forma (gravação 02:45:00): Senhor Presidente, algumas considerações, sobre este ponto. Antes de mais, isto é uma ratificação, o pedido de prorrogação foi feito em agosto, o Senhor Presidente que deferiu este pedido no dia 4 deste mês, nós tivemos reunião de câmara no dia 7, deveria ter vindo a reunião de câmara no dia 7 para ratificação e não hoje. Quanto ao conteúdo, propriamente dito, do pedido de adiamento da conclusão da obra: Se estamos a falar de um ano de prorrogação do prazo. E estamos a ver que, de facto, os motivos são graves e demonstram que efetivamente houve aqui erros graves do projeto, inclusive, nós, quando isto foi discutido há vários anos sobre o início destas obras, alertámos para as dificuldades do terreno, as diferentes cotas, todos os constrangimentos que aquele local trazia para a construção de um parque desta natureza. E verificamos agora que alguns desses constrangimentos tem precisamente a ver com isso. Um dos principais e logo o primeiro motivo, tem a ver com a movimentação de terras para a obtenção dessas quotas. E o que mais nos impressionou aqui foi o empreiteiro dizer que detetaram um erro em julho de 2023, portanto, há muito mais de um ano, e nada foi feito para se resolver esse problema até agora. Portanto o dono da obra, que teria necessariamente que reformular o projeto e encontrar aqui uma solução, não encontrou. Nós tivemos aqui, em relação a este pormenor, um atraso que vai agravar agora substancialmente esta prorrogação do prazo e há aqui uma responsabilidade direta da Câmara Municipal neste atraso. Também a questão dos sobreiros nos levanta aqui várias questões, Senhor Presidente: É que, estamos a construir um Parque de Educação Ambiental, é assim que é chamado no nosso Orçamento - Parque de Educação Ambiental, e vamos abater, segundo as notícias, porque aqui não diz o número, sessenta e seis sobreiros. E nem sequer está previsto o seu transplante. Porque, transplante, está previsto o transplante de várias árvores, mas não consta nenhum sobreiro. Vamos abater sessenta e seis sobreiros num parque de educação ambiental. Ou seja, porque é que o projeto não previu o aproveitamento destes sobreiros? E porque é que a solução não passou por evitar o abate destes sobreiros? Claro que teve que se esperar pela autorização, porque efetivamente são espécies protegidas e são espécies autóctones de grande beleza e que ficariam muito bem enquadradas, até porque há um espaço no nosso parque, que é o anfiteatro dos sobreiros, uma coisa assim do género, onde os sobreiros têm uma importância vital. Vai-me dizer, que ficam lá outros. Mas, efetivamente, a solução poderia ter passado por um enquadramento que aproveitasse estes sobreiros. Depois vem aqui falar também: ausências de estudo de estudo geotécnico em diversas zonas. Portanto, como é que se avança para um projeto desta magnitude sem o estudo geotécnico que é necessário? Solução construtiva do lago: Várias incongruências; mais uma vez as cotas do terreno; mais uma vez, a dificuldade que é construir um parque urbano num terreno desta natureza. E depois tudo o que o empreiteiro vem dizer. E que nós já sabemos que isto vai gerar custos que vão ser imputados ao dono da obra, não é? Portanto, nós estamos a falar, há bocadinho na discussão do orçamento falávamos aqui à volta de seis milhões para este parque urbano, mas não vai ficar seguramente pelos seis milhões, porque vai haver aqui e agora nos próximos meses, vamos ter aqui trabalhos complementares e coisas necessárias para pôr no terreno as correções destes erros. Portanto, não foram sanadas estas omissões ao

projeto, até agora. Este projeto, nós desde o início que dissemos que não era para nós uma prioridade porque, ao contrário do que o Senhor Presidente diz, para nós, não é o facto Oliveira de Azeméis ter um parque urbano que vai atrair a população ou manter a nossa população. O que vai atrair população é o emprego, são condições de trabalho, são as acessibilidades às zonas industriais, e são as escolas, porque a primeira coisa que uma família que se quer instalar em Oliveira de Azeméis vai ver são as condições das escolas para os seus filhos. E sabemos que as condições do nosso parque escolar, sobretudo no primeiro ciclo, ainda têm muitos constrangimentos. E, portanto, não era, de facto, uma prioridade, para nós, este parque urbano. E está-se a verificar que todas as objeções que nós fizemos inicialmente estão a verificar-se, estão a trazer problemas. E o terreno, não foi o melhor terreno para este parque. O projeto e o dono da obra não têm dado o acompanhamento necessário, até porque há aqui coisas que já podiam estar resolvidas. Nós, não vamos votar a favor deste pedido de aditamento do prazo para esta empreitada. O **Senhor Presidente**, referiu que ^(gravação 02:51:20): Senhora Vereadora, só alguns esclarecimentos que são devidos. Em primeiro lugar - Naturalmente, o pedido de prorrogação do prazo se não fosse aceite o empreiteiro não conseguia cumprir a obra dentro do prazo por razões que não lhe são imputáveis, portanto, é um direito que lhe assiste. Senhora Vereadora **Carla Rodrigues**: Isto é um voto mais político do que um voto sobre a prorrogação. É um voto político. **Senhor Presidente**: Convirá prestar alguns esclarecimentos sobre isto, até porque proferiu algumas afirmações que não correspondem à realidade. Nós temos aqui, um prazo de um ano, uma prorrogação onde quase metade desse prazo se deve uma DIUP (Declaração de Imprescindível Utilidade Pública), que tem a ver com o abate dos sobreiros. É evidente que, nós quando fazemos um concurso público para um projeto, e muitas vezes até quando fazemos concursos que de ideias para os projetos, aquilo que nós esperamos de arquitetos responsáveis, de equipas de projeto que são até premiadas nacionalmente e internacionalmente, é que eles tenham a preocupação de preservar ao máximo o património ambiental. Não tenho dúvidas rigorosamente nenhuma que foi isso que aconteceu. E, como sabe, também, sejam sessenta, sejam cinquenta, sejam oitenta, aliás, são vários os processos que neste momento estão a decorrer em Oliveira de Azeméis por causa de abates de sobreiros, nós somos obrigados à reflorestação, temos que apresentar uma proposta de reflorestação que, na grande maioria dos casos, obriga a plantarmos muito mais sobreiros ou muito mais árvores do que aquelas arvores que são abatidas, sendo, naturalmente, espécies protegidas. E, portanto, é o que acontece neste caso. Neste caso também, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis teve que apresentar um projeto de reflorestação, para substituir os sobreiros que vão ser necessários abater. Aliás, estamos com o mesmo problema, no reservatório Fajões. Como sabe, temos um território, felizmente, com muitos sobreiros. Não com plantações organizadas de sobreiros, eles aparecem um pouco por todo o lado. Há particulares também querem construir a sua habitação e, portanto, o projeto colide com os sobreiros que existem nas suas propriedades. E temos vários empreiteiros, neste momento, em Oliveira de Azeméis com problemas com dois, três sobreiros e tem obras paradas por causa disso. Mas aquilo que esses empreiteiros são obrigados, assim como a Câmara Municipal e todos que que solicitam uma

DIUP, é que apresentem um plano de reflorestação que faça a compensação ambiental dos sobreiros abatidos. Foi o que aconteceu aqui, também, no caso concreto Oliveira de Azeméis. Em relação a estes problemas que aqui estão. Nós estamos a falar de movimentos de terras. E quando disse que o dono de obra tinha que resolver, tinha que reformular projeto. O dono de obra não tem que reformular projeto nenhum, quem tem de reformular o projeto é o projetista. O dono de obra, não reformula projeto, exige ao projetista que ele reformule. Ele demora o tempo que demorou. E demorou efetivamente muito tempo, conforme se pode prever por esta informação para reformular o projeto. Deixe-me que lhe diga uma outra coisa: os estudos geotécnicos foram feitos. A questão foi, que, havendo necessidade de fazer o reposicionamento de algumas das coisas que estavam previstas, foi necessário fazer novos estudos geotécnicos em zonas onde não estavam previstas aquelas infraestruturas. Porque houve necessidade de reformular o lago, de reformular uma torre de slide. Isso obrigou a um novo estudo geotécnico, em relação ao estudo geotécnico que tinha sido feito inicialmente e que tinha identificado os pontos que era necessário testar e trabalhar. O terreno não é um terreno complexo para instalação de um parque. Um parque não é uma obra de construção em altura com dez andares ou uma habitação multifamiliar. É, basicamente, renaturalizar aquilo que existe e requalificar um conjunto de edificado que já lá está. A complexidade, não é especial. A única complexidade que existe ali, em termos estruturais, é a construção de um lago artificial que obriga a paredes e muros de betão. E o problema vem daí. E quando está a falar de erros de projeto, é bom que as pessoas percebam: Não estamos a falar de uma coisinha de somenos, estamos a falar de milhares de metros cúbicos de erro de movimento e terras. E, portanto, isto são coisas absolutamente extraordinárias que têm um impacto significativo naquilo que é preciso fazer e naquilo que se estava a prever fazer. E, portanto, nós ainda não temos como resolver os problemas dos erros dos projetos. Existe uma figura que procura resolver, mas mesmo assim não tem sido suficientemente eficaz, como sabe. E, portanto, todas estas coisas são contributos para que depois as obras não só aumentem em termos do seu custo, porque uma prorrogação de prazo trás consigo aumentos, aumentos dos estaleiros, aumentos dos custos de materiais, aumentos dos subempreiteiros que estão em obra, ficam impedidos de fazer o seu trabalho e depois para regressar exigem mais dinheiro. Mas efetivamente nós não gostaríamos nada que estas coisas acontecessem. Mas efetivamente as coisas acontecessem. E precisamente por queremos perceber porque é que acontecem é que nós encomendamos uma auditoria externa, que inclui também esta obra, para além da obra do mercado Municipal, para procurarmos perceber exatamente que responsabilidades e a quem as devemos atribuir. Não nos limitamos a ser confrontados com as situações. Queremos também apurar responsabilidades, seja de quem for, como eu já disse também várias vezes, para que estas coisas não fiquem apenas pelo plano das intenções e tenhamos aqui informação objetiva que nos permita perceber o que motivou os atrasos das obras e que responsabilidades poderemos eventualmente exigir a quem esteve envolvido no processo. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por maioria, com três votos contra dos Senhores/as Vereadores/as do PSD, cinco votos a favor dos

Senhores/as Vereadores/as do PS e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA: “REPAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS - PROCESSO N.º 024/2023/DEC - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO SOBRE A ALTERAÇÃO DA NOMEAÇÃO DOS DIRETORES DE FISCALIZAÇÃO DA OBRA PARA OS LOTES 1, 2 E 3 (I/71542/2024) - RATIFICAÇÃO DESPACHO** (gravação 02:57:00): Pelo Senhor Presidente da

Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “No âmbito da Empreitada: “Repavimentação de Arruamentos nas Freguesias do Município de Oliveira de Azeméis” - Processo N.º 024/2023/DEC, nos termos e para os efeitos do disposto no número 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que seja ratificado o meu despacho datado de 06 de novembro de 2024, que revoga as anteriores nomeações dos Diretores de Fiscalização da Obra, passando a Engenheira Susana Aguiar e o Engenheiro Tiago Barbosa a serem os Diretores de Fiscalização para os 3 lotes.” A Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** referiu que (gravação 02:57:40): A propósito deste ponto, não tem diretamente a ver, mas têm indiretamente a ver com o ponto, nós vamos a aprovar. Mas, em relação a esta empreitada de arruamentos, nós queríamos um esclarecimento do Senhor Presidente. O Senhor Presidente disse em reunião de câmara, e em vários órgãos de comunicação social, que estivemos um ano à espera do visto do Tribunal de Contas para iniciar esta empreitada. O Tribunal de Contas veio desmenti-lo através de um comunicado que fez chegar ao jornal AzeméisNet, a desmentir, a dizer que: não é verdade, que o pedido de visto foi apresentado ao Tribunal de Contas em 24 de junho e que responderam de imediato pedindo esclarecimentos, porque o pedido não estava bem instruído. Portanto, passaram apenas cinco meses. E destes cinco meses, dois meses o processo esteve parado na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Nós gostaríamos de dar oportunidade ao Senhor Presidente para esclarecer, o que é que se passa com o visto do Tribunal de Contas? Porque é que o Tribunal de Contas emitiu este comunicado, no fundo, a desmenti-lo? E onde é que está a verdade? O **Senhor Presidente** referiu que (gravação 02:59:16): Senhora Vereadora, como compreende, não vou contribuir para descredibilizar a classe política, nem me vai ver aqui o contrariar os argumentos. Para já, comentar o que um jornal disse. E depois a desmentir os argumentos do Tribunal de Contas, não é? Aliás, é a própria Tutela que resolve tomar medidas urgentes para que se execute mais quer no Norte 2030, quer no Plano de Recuperação e Resiliência. E essas medidas são quase que totalmente direcionadas para aquilo que é a desnecessidade de submissão a visto prévio do Tribunal de Contas. Portanto, não quer dizer com isto que não se faça uma fiscalização sucessiva dos processos. Mas toda a gente percebe. Portanto, eu não vou estar aqui a comentar os expedientes que são utilizados para que coisas que deviam ser Aliás, nem vale a pena falar nos prazos que são referidos como sendo os prazos de resposta. O conjunto dos autarcas têm-se pronunciado sobre isso de forma absolutamente clara. O que eu sei, é que entre o processo

*de decisão do executivo camarário e o processo de obtenção de um visto, nós tivemos, isto é, combatendo um argumento de que as coisas se fazem em ano eleitoral, este processo para o executivo camarário estava em 2023 pronto para poder ser implementado. Entretanto, seguem-se nos processos as cargas burocráticas, que são normais, seguem-se os meses que o processo, portanto, pelos vistos, esteve quatro ou cinco meses, mesmo assim, para aguardar visto do Tribunal de Contas. Como sabe, sabe disso tão bem como eu, é normal no último dia do prazo, ou nos dois últimos dias de termos do prazo, virem um conjunto de questões - e são listagens muitas vezes substanciais, pedindo um conjunto de coisas que já foram fornecidas no documento inicial. E depois, acontece, mais uma vez, decorrido um prazo de trinta dias volta a ser pedido mais um conjunto de informação. E, muitas vezes, os serviços precisam de algum tempo para esclarecer um conjunto de questões que são importantes. E daí nós não termos as coisas meses paradas. Estamos é, meses, muitas vezes, para reunir um conjunto de informações que nos são pedidas em relação a conjunto de aspetos. Aquilo que interessa, nesse caso em concreto, e essa é que é a notícia que para mim é relevante, é que em 2023 nós tínhamos o projeto concluído. Estamos, neste momento, a avançar com a requalificação da rede viária, que é isso que releva para os oliveirenses. Não vou seguramente estar aqui a discutir essas questões. A mim o que me interessa é que, efetivamente, aquilo que nós temos como adquirido é que, temos várias entropias em todos estes processos, uma carga burocrática que tem que ser aliviada drasticamente. E, temos tido, felizmente, um conjunto de medidas, nos últimos tempos, algumas delas direcionadas precisamente para este problema. Eu também tenho uma opinião própria sobre isto. E tive a oportunidade de a transmitir, inclusive, muito recentemente ao Senhor Ministro da Coesão quando ele esteve aqui em Oliveira de Azeméis precisamente no fórum sobre empreendedorismo. É isto que me interessa: dar este contributo para que isto deixe de ser efetivamente um problema e para que não estejamos meses à espera de respostas, de pareceres, de vistos, que só atrasam a disponibilização das obras às populações e que só atrasam o desenvolvimento do país. Sobre isto é o que eu tenho para dizer. Portanto, não tenho nenhum comentário adicional a fazer, sobre isto. Também não vou, naturalmente, contribuir para uma discussão que não resolve aquilo que é essencial. Aquilo que é essencial, e é esse o assumidamente reconhecido por todos, é que nós estamos efetivamente envolvidos numa teia e numa carga burocrática que empurra os processos durante muitos meses, quando eles tinham todas as condições para ser implementados e começarem a produzir resultados, começarem a produzir desenvolvimento muito, muito, antes. Portanto, o que nos interessa efetivamente é resolver os problemas dos oliveirenses e melhorar a sua qualidade de vida. É para isso que nós trabalhamos todos os dias. E, naturalmente, é com isso que nós nos congratulamos. E congratulamos, naturalmente, com facto de termos neste momento cerca de cento e cinquenta vias - também temos muitas a ser feitas pela Câmara municipal - mas, mais de cento e cinquenta vias a ser intervencionadas. É sobre isso que me interessa. A Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** referiu que ^(gravação 03:03:40).: Senhor Presidente, eu percebo o que é que lhe interessa. Mas isto tem importância. E o Senhor Presidente referiu na sua intervenção, que eram notícias da comunicação social. Não é verdade. Nós contactámos o Tribunal de Contas que confirmou*

*integralmente aquilo que saiu no AzeméisNet. Portanto, nós não fazemos aqui interpelações com base em notícias de jornais, mas sim em factos concretos. E também a notícia de que o visto tinha sido pedido há mais de um ano, não é uma notícia, foram declarações do Senhor Presidente numa reunião de câmara. Foi na reunião de Câmara de 24/10 que o Senhor Presidente disse, que quase um ano depois teremos a possibilidade de ter mais de centena e meia de metros de via a serem requalificados. Portanto, a questão da burocracia, todos nós sabemos. O que nós perguntamos, é se realmente estivemos um ano até à espera do visto do Tribunal de Contas ou se, pelo contrário, estivemos apenas cinco meses à espera do visto do Tribunal de Contas. Tudo o resto que o Senhor Presidente disse, não nos esclarece. E, portanto, que o que está aqui em causa: - É óbvio que o que importa é as estradas estarem requalificadas; É óbvio que o que importa é termos obra e as pessoas não terem estes constrangimentos que já têm há tanto tempo. Mas também nos importa aqui a palavra e a verdade. E, portanto, o que nós queremos saber: é se a palavra do Senhor Presidente foi verdade ou não? Porque isso é extremamente importante para nós percebermos e para os oliveirenses perceberem se aquilo que nos disse em reunião de câmara é verdade ou não. Portanto, se desmente estas informações que o Tribunal de Contas nos deu? O **Senhor Presidente** respondeu que (gravação 03:05:50): Senhora Vereadora, o que é importante, não é isso. O que é importante, é perceber o que é que a senhora considera uma mentira ou uma informação errada. Se quiser que eu lhe diga, se já dei algumas informações erradas. Já dei muitas. Eu dou as informações, com base naquilo que me é transmitido. E, portanto, isso não se chama mentir, chamasse dar informações erradas. Se quiser que eu lhe diga o que é mentir, eu estou aqui uma hora a dizer o que é mentir e mentir. E mentir é prometer às pessoas que se resolve um problema de rede de água e saneamento em quatro anos. Reiterar a mentir. Eu já lhe respondi. Senhora Vereadora **Carla Rodrigues**: Quando é que entrou o pedido de visto no Tribunal de Contas? **Senhor Presidente**: Senhora Vereadora, entrou em junho de 2024, que é o que está aí. Pois, mas repare uma coisa, o que está a procurar transformar é isso numa mentira. Portanto, Senhora Vereadora, o que eu digo é: uma coisa é uma informação errada, outra coisa é uma mentira. Percebe? Eu considero que mentir, é nós temos uma notificação judicial avulsa para sairmos do Deixe-me acabar, tenha calma, Senhora Vereadora. Senhora Vereadora **Carla Rodrigues**: É uma hora da tarde, Senhor Presidente. **Senhor Presidente**: Então não colocasse a questão. Isso é pequena política. Considera que isso que é importante, que isso é dramático e que afeta... Senhora Vereadora **Carla Rodrigues**: Eu fiz uma pergunta concreta e peço uma resposta concreta. Nós não temos culpa de, numa reunião com o Orçamento, o Senhor Presidente, ter colocado vinte e quatro pontos e nós termos que estar aqui até há uma hora da tarde. Mas achamos que este assunto deve ser esclarecido. **Senhor Presidente**: Senhora Vereadora, os assuntos que são incluídos na ordem de trabalhos, não são “fait divers”, são assuntos que são relevantes para a vida das pessoas. E se, em vez de 24, forem 240 é ótimo porque significa que temos muitas decisões para tomar que são importantes para a vida das pessoas. Não trazemos aqui estas reuniões de câmara, nem aqui nem noutros concelhos, como é evidente, questões menores. Portanto, não uma questão de quantidade, é uma questão de qualidade, aquilo que nós estamos a discutir. O*

que eu lhe estou a dizer, e fui claro nisso, é que, eu não contribuo para este peditório, não contribua para este campeonato. Eu sei muito bem o papel que desempenho, procuro sempre com o meu trabalho esforçado e empenhado dignificar este lugar, dignificar o órgão que represento e, sobretudo, corresponder à confiança que os oliveirenses em mim depositaram. E, portanto, o que eu tenho para dizer sobre isso: é exatamente isto. Se quiser que eu lhe diga o que é mentira às pessoas, eu não terei problema em cinco ou dez minutos de dizer o que é que eu considere mentiras graves, extremamente graves, ditas às pessoas. E vou dizer coisas que não devia dizer. Vou dizer coisas graves que não devia dizer. Mas faço-o sem qualquer problema. Se quiser transformar isto num exercício para o qual eu digo: não contribuo hoje, nunca vou contribuir no futuro. Pronto, eu não vou fazer até porque isso não aproveita a rigorosamente ninguém, não ajuda a asfaltar estradas, não ajuda rigorosamente nada. Ajuda, sim, a nós percebermos que as coisas acontecem no tempo em que é possível que aconteçam. Portanto, ninguém faz uma gestão, porque isso seria horrível, seria uma coisa indigna deste cargo, alguém fazer gestão das coisas... Eu gostaria muito que a escola de Teamonde já estivesse ..., portanto, gostaríamos muito dessas coisas todas. Mas estas coisas demoram tempo. Os processos são entrópicos. Há pareceres de entidades externas. Há muitas coisas que agravam os prazos. E o que é um facto é que, muitas vezes, entre a decisão que é tomada pelo executivo e até a própria adjudicação e depois a concretização no terreno, passam-se imensos meses com prejuízo para todos. Portanto, eu não vou falar sobre o trabalho do Tribunal de Contas. Aliás, já participei em fóruns onde tive oportunidade de dizer a minha opinião, tive oportunidade de comentar até algumas informações que o Tribunal de Contas refere como sendo verdadeiras. Portanto, é digamos que a narrativa que está construída no país, é uma narrativa por parte dos autarcas, é uma narrativa completamente tonta que não tem nenhuma adesão à realidade. Portanto, são os autarcas que constroem e mistificam os tormentos por que passam diariamente com as cargas burocráticas. Aliás, tenho aqui um bom exemplo, com a resposta que tivemos - cento e setenta dias para obter uma resposta para o abate dos sobreiros. Pronto, objetivamente, não acho que seja isso que seja importante para os oliveirenses. Para os oliveirenses importa é que estas cento e cinquenta ou cento e sessenta vias sejam requalificadas o mais rapidamente possível e estejam ao serviço da segurança das pessoas. Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =

===== **REUNIÃO PÚBLICA - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** =====

===== Aberto o período de intervenção ao público, o Senhor Presidente da Câmara Municipal concedeu o uso da palavra ao munícipe, **Domingos Brandão**, residente em Cucujães, que solicitou a colocação de lomba na Rua Doutor Ângelo da Fonseca. O **Senhor Presidente** respondeu que, irá solicitar aos serviços da autarquia para analisar a situação e verificar se é possível colocar uma sobrelevação. Em seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal concedeu o uso da palavra ao munícipe, **Jorge Miranda**, residente em Loureiro, referiu que

mandou analisar a água do seu poço e a análise refere que a água está imprópria para consumo. E colocou a seguinte questão: para quando a colocação da rede de água e de saneamento em Loureiro e se tem data prevista? O Senhor Presidente respondeu que: existe a consciência que este problema é um problema grave de saúde pública e também ambiental. Referiu ainda que: O compromisso é de não esquecer este problema, que é o problema mais grave no concelho, e que está a estudar a possibilidade de contrair um empréstimo bancário para o resolver, porque a Câmara Municipal não temos capacidade financeira para o fazer. =====

===== Aprovação por minuta: Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 3, e para efeitos do disposto no n.º 4, do artigo 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. =====

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes, procedimento que dispensa a respetiva leitura, conforme determina o n.º 4 do D.L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. ==

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 13 horas e 20 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Jorge Ferreira, e por mim, Jaime Manuel da Silva Marques, que na qualidade de secretário a redigi. =====

O Presidente da Câmara Municipal,

O Secretário,